

DAS REAÇÕES POLÍTICAS*

Benjamin Constant

Lmpus-me como lei não responder jamais às críticas; e aquelas que vi até aqui facilitaram-me a observância dessa lei. Entretanto, entre as reprovações que me foram dirigidas, existe uma que me parece exigir um esclarecimento não como acusação, mas como fato. Diz-se que um estrangeiro não deveria emitir nenhuma opinião sobre a Revolução Francesa. Não examino se, a sorte de todos os amigos da liberdade estando ligada à França, pode-se exigir deles uma neutralidade passiva em uma causa que decidirá em última instância sobre seus destinos. Limito-me ao que me é pessoal. Não sou estrangeiro: originário da França, e descendente de uma família expatriada por causa de religião, voltei à minha pátria tão logo eu pude. Para a França transferi minha fortuna. Uma lei positiva aí me convidava, devolvendo-me todos os meus direitos cívicos, civis e políticos. Essa lei foi corroborada em última instância pela confirmação expressa das naturalizações decretadas pelas assembleias precedentes. Por conseqüência, exerci nas assembleias primárias de minha comuna todos os meus direitos de cidadão: e é impossível, seja por seu nascimento, seja por seus princípios, seja por suas propriedades, seja por seus interesses de todo gênero, seja enfim, por seus direitos positivos e legais, ser mais francês do que eu.

Hérivaux, 10 de germinal do ano V [30 de março de 1797]

* Tradução de Josemar Machado de Oliveira - Doutorando em História Social-FFLCH/USP.

Capítulo Primeiro

Dos Diferentes Gêneros de Reações

Para que as instituições de um povo sejam estáveis, elas devem estar no nível de suas idéias. Então em tempo algum há revoluções propriamente ditas. Podem ocorrer choques, mudanças individuais, homens destronados por outros homens, partidos abatidos por outros partidos; mas enquanto as idéias e as instituições estão no mesmo nível, as instituições subsistem.

Quando o acordo entre as instituições e as idéias se encontra destruído, as revoluções são inevitáveis. Elas tendem a restabelecer esse acordo. Não é sempre o alvo dos revolucionários, mas é sempre a tendência das revoluções.

Quando uma revolução cumpre esse objetivo ao primeiro golpe, e pára nesse ponto, sem ir além, não produz reação, porque é somente uma passagem, e o momento da chegada é também o do repouso. Assim, as revoluções da Suíça, da Holanda, da América do Norte não foram seguidas de nenhuma reação.

72

Mas quando uma revolução ultrapassa esse ponto, isto é, quando estabelece instituições que estão além das idéias reinantes, ou destrói as que lhe são conformes, produz inevitavelmente reações, por que o nível não existindo mais, as instituições somente se sustentam por uma sucessão de esforços e o momento em que a tensão cessa é o do relaxamento.

A revolução da Inglaterra, que tinha sido feita contra o papismo, tendo ultrapassado esse ponto, abolindo a realeza, uma reação violenta teve lugar, e foi preciso, vinte e oito anos depois, uma revolução nova, para impedir o papismo de ser restabelecido. A revolução da França, que foi feita contra os privilégios, tendo também ultrapassado seu fim atacando a propriedade, uma reação terrível se fez sentir, e será preciso não uma revolução nova, espero, mas grandes precauções e um cuidado extremo para se opor ao renascimento dos privilégios.

Quando uma revolução, levada assim para fora dos seus limites, pára, é preciso antes de mais nada recolocá-la em seus limites. Mas não se está contente de aí recolocá-la. Quanto mais se avançou tanto mais se retroage. A moderação acaba e as reações começam.

Há dois tipos de reações: as que se exercem sobre os homens e as que têm por objeto as idéias.

Não chamo de reação a justa punição dos culpados, nem o retorno às idéias sagradas. Essas coisas pertencem, uma à lei, a outra à razão. O que, ao contrário, distingue essencialmente as reações é o arbitrário em lugar da lei, a paixão em lugar do raciocínio: em lugar de se julgar os homens, eles são proscritos; em lugar de se examinar as idéias, elas são rejeitadas.

As reações contra os homens perpetuam as revoluções, pois elas perpetuam a opressão que é o seu germe. As reações contra as idéias tornam as revoluções infrutíferas, pois elas lembram os abusos. As primeiras devastam a geração que as sofre; as segundas pesam sobre todas as gerações. As primeiras ferem de morte os indivíduos; as segundas enchem de estupor a espécie inteira.

Para impedir a sucessão dos males, é preciso comprimir alguns; para extrair, se é possível, algum fruto dos males que não se pôde prevenir, é preciso enfraquecer a outros.

As reações contra os homens, efeitos da reação precedente, são causas de reações futuras. O partido que foi oprimido, oprime por sua vez; aquele que se vê ilegalmente vítima do furor que mereceu, esforça-se por retomar o poder; e, quando seu triunfo acontece, tem duas razões de excesso ao invés de uma: sua disposição natural, que lhe fez cometer seus primeiros crimes, e seu ressentimento dos crimes que foram a seqüência e o castigo dos seus.

De sorte que as causas do mal se acumulam, todos os freios se quebram, todos os partidos tornam-se igualmente culpados, todos os limites são ultrapassados; os crimes são punidos com crimes; o sentimento da inocência, esse sentimento que faz do passado o penhor do futuro, não existe mais em nenhuma parte, e toda uma geração pervertida pelo arbitrário, é empurrada para longe das leis por todos os motivos, pelo medo e pela vingança, pelo furor e pelo remorso.

A vingança é estranhamente cega¹. Ela perdoa mesmo aos homens cujos crimes a provocaram, com a condição que a dirijam contra os instrumentos de seus crimes.

¹ Se nos lembrarmos da reação que se seguiu ao 1 do prairial do ano III [20 de maio de 1795], só encontraríamos muitos fatos em apoio das reflexões a seguir.

Esses homens se colocam à cabeça das reações que seus próprios atentados provocaram, e eles as tornam mais espantosas.

Os homens sensíveis não podem ser ferozes. O remorso suaviza o furor; há na lembrança do que se amou um tipo de melancolia que se estende sobre todas as impressões.

Mas esses homens atrozos e covardes, ávidos de comprar com o sangue o perdão do sangue que derramaram, não colocam limites a seus excessos. Seu motivo não é a dor, mas o medo; sua barbárie não é ardor, mas cálculo; não massacram porque sofrem, mas porque tremem, e como seus terrores não têm fim, seus crimes não podem terminar.

Se essa multidão apaixonada que, na França, cooperou com as reações, pudesse parar um instante para contemplar seus chefes, tremeria. Teria visto que seguia, contra instrumentos execráveis, líderes mais execráveis ainda. Esses guias a conduziram no caminho da ferocidade, para fugir à justiça. Na esperança de fazer esquecer sua cumplicidade, incitaram ao assassinato de seus cúmplices. Tornaram a vingança nacional ilegal e atroz, para à frente dela marchar e a ela escapar.

Esses exemplos devem inspirar um horror profundo por todas as reações desse gênero. Essas atingem alguns criminosos, mas eternizam o reino do crime; asseguram a impunidade aos mais depravados dos culpados, àqueles que estão sempre prontos a assim agir em todos os sentidos.

As reações contra as idéias são menos sangrentas, mas não menos funestas. Através delas os males individuais tornam-se sem fruto e as calamidades gerais sem compensação. Depois que grandes males destruíram numerosos preconceitos, elas trazem de volta esses preconceitos, sem reparar esses males, e restabelecem os abusos, sem reconstruir as ruínas; devolvem aos homens seus ferros, mas ferros ensangüentados.

Essas reações que, de revoluções desastrosas, fazem também revoluções inúteis, nascem da tendência do espírito humano a englobar em seus pesares tudo o que envolve o que ele lastima. Assim é que em nossas lembranças da infância, ou de um tempo feliz que não existe mais, os objetos indiferentes se misturam àqueles que nos foram mais caros, e o charme do passado se liga a todos os detalhes, o homem que, na mudança geral, viu desmoronar o edifício de sua felicidade individual,

acredita poder reconstruí-lo somente restabelecendo tudo o que se associa à sua queda; os próprios inconvenientes e os abusos tornaram-se para ele preciosos, porque lhe parecem, à distância, ligados intimamente às vantagens cuja perda deplora.

Essa disposição não somente se opõe ao melhoramento do novo sistema, mas interdita o aperfeiçoamento do antigo. Sente-se uma veneração supersticiosa por um conjunto de que não se ousa examinar as partes, de medo de separá-las. Esquece-se que se deve julgar o que não existe mais como aquilo que nunca existiu, e que se, quando se trata de destruir, somente é preciso destruir o que é funesto, quando se trata de reconstruir, somente é preciso reconstruir o que é útil; e depois desse retorno aos preconceitos, a sujeição é mais completa, a submissão mais ilimitada do que se dela jamais se houvesse afastado.

Não é, pois, o bastante ter conquistado a liberdade, ter feito triunfar as luzes, ter comprado, por meio de grandes sacrifícios, esses dois bens inestimáveis, ter posto, por meio de grandes esforços, um fim a esses sacrifícios; é preciso ainda impedir que o movimento retrógrado, que sucede inevitavelmente a uma impulsão excessiva, não se prolongue além de seus limites necessários, não prepare o restabelecimento de todos os preconceitos, não deixe enfim, como vestígio da mudança que se quis operar, mais do que restos, lágrimas, opróbrio e sangue.

Capítulo II

Dos Deveres do Governo nas Reações Contra os Homens

Os deveres do governo são muito diferentes nessas duas espécies de reação.

Contra os que têm por objeto os homens, só há um meio, é a justiça. É preciso que ele controle as reações para que não se deixe levar por elas. A sucessão dos crimes pode tornar-se eterna, se não nos apressamos em interromper seu curso.

Mas, cumprindo esse dever, o governo deve se proteger de um escolho perigoso: é o desprezo pelas formas e o apelo dos oprimidos contra os opressores. Deve conter os primeiros ao mesmo tempo que os vinga.

Um governo fraco faz exatamente o contrário: teme punir e sofre que se massacre. Por uma deplorável timidez, ao mesmo tempo que deseja que os celerados pereçam, não quer que o perigo da severidade recaia sobre ele. Na cegueira que acompanha o medo, o exagero de sua impotência parece-lhe um meio de segurança. Diz a quem lhe pede um justa vingança: *não podemos punir crimes que detestamos*; isto é: *vingai-vos*. Diz a quem reclama contra crueldades ilegais: *não podemos vos livrar de um furor do qual padecemos*; isto é: *defendei-vos*. É ordenar a guerra civil; é forçar a inocência ao crime, o crime à resistência, todos os cidadãos ao assassinato; é proclamar o império da violência e se tornar responsável de todos os delitos que se cometem. Infeliz o governo que, mantendo-se neutro entre os atentados antigos e os atentados novos, somente se serve de seu poder para se manter nessa neutralidade vergonhosa, e, quando deveria comandar, só pensa em existir.

Engana-se mesmo nessa frouxa esperança. Equivoca-se ao acreditar conseguir um partido concedendo a impunidade àqueles aos quais recusa a justiça. Esses homens se irritam por ele forçá-los a dever ao crime o que as leis lhes tinham prometido. Suportar a ilegalidade, tolerar o arbitrário, nem mesmo assegura o reconhecimento de quem se beneficia dessa fraqueza.

O governo reuniu assim contra ele todos os ódios: o do culpado que ele abandona a um castigo ilegítimo, o do inocente que ele torna culpado. Perde o mérito da severidade sem evitar ser odiado.

Quando a justiça é substituída por um movimento popular, os mais exagerados, os menos escrupulosos, os mais ferozes, colocam-se à testa desse movimento. Homens de sangue apoderam-se da indignação que se levanta contra os homens de sangue, e depois de ter agido contra os indivíduos desprezando a lei, voltam suas armas contra as próprias leis.

Impassível, mas forte, o governo deve fazer tudo por sua própria força, não chamar em seu socorro nenhuma força estrangeira, manter na imobilidade o partido que ajuda, como o partido que pune, e castigar igualmente o homem que quer exceder a vingança da lei e aquele que a mereceu.

Mas para isso é preciso que ele renuncie às adulações embriagadoras. A impassibilidade não excita o entusiasmo. Não se há de congratulá-lo quando ele falta aos seus deveres. As paixões desencadeadas não trarão aos seus pés a homenagem tumultuosa de um reconhecimento sem limites. Todo mundo gritava: *glória à Convenção*, quando, cedendo à impulsão da reação, ela deixava substituir os males que tinha feito pelos males que deveria ter prevenido. Ninguém gritará: *glória ao Diretório* se, castigando os crimes passados, ele ainda os tolere.

É por um erro, do qual a revolução é a causa, que o governo se persuadiu que ele deveria ter um partido a seu favor. Todas as facções buscam dar crédito a esse erro. Cada uma delas aspira a se tornar centro, e pretende sinalizar ao governo de a rodear.

Essa pretensão sugere-lhes os raciocínios mais bizarros. Como elas sentem que a maioria da qual se vangloriam é sempre inconstante e passageira, abstém-se de distinguir essa maioria de um dia da maioria durável. Seria necessário, para satisfazê-las, que o governo ficasse sempre em observação para descobrir e sempre em marcha para atingir essa maioria fugitiva. *O governo somente deve parar, dizem elas, quando ele está no centro de seus verdadeiros interesses: quando aí não está, deve aí ser recolocado e apenas então fixar-se, por que aí somente convergem todos os raios da circunferência.*

Essa metafísica figurada, que reuniu à obscuridade da abstração a vaguidade da metáfora, serve admiravelmente para confundir todas as idéias, e para substituir noções precisas por imagens indefiníveis.

Quem não acreditaria, a partir desses princípios, que o centro dos interesses do governo é um ponto tão claro, tão evidente, tão perceptível para todos os olhos, que, no momento em que o governo nele se colocar, elevar-se-á um grito unânime de assentimento e de aprovação? E quem não vê, ao contrário, que, sobretudo no fim de uma revolução, todos os interesses tendo sido contrariados, os antigos interesses subsistindo ainda, os interesses novos fortalecidos por sua juventude, cada um quererá fazer de seu interesse o centro do governo, e que este, balançado por todos esses interesses sucessivos e opostos, não adquirirá jamais nem estabilidade, nem força, nem dignidade, nem confiança?

É preciso que imóvel deixe agitar-se, quebrar-se aos seus pés todos os interesses particulares, todos os interesses de classe, que sua imobilidade os force a rodeá-lo, a se acomodar, cada um da maneira mais tolerável, e a concorrer, algumas vezes apesar deles, ao restabelecimento da calma e à organização do novo pacto social. Quando se quer reunir à volta de um estandarte um exército disperso, leva-se esse estandarte aqui e acolá na planície, apresentando-o a cada fugitivo, plantando-o no meio de cada grupo, logo o arrancando para fazê-lo flutuar em outro lugar? Não o colocamos antes sobre alguma elevação, em direção a qual todos os olhos se voltam, todos os passos se dirigem, de maneira que a multidão vendo enfim o ponto fixo, seja, por assim dizer, involuntariamente levada a se reunir em torno?

É preciso que o que é passional, pessoal e transitório se ligue e se submeta ao que é abstrato, impassível e imutável. É preciso que o governo rejeite essa reminiscência revolucionária, que lhe faz buscar uma outra aprovação que não a da lei. Ele deve encontrar seu elogio lá onde estão escritos seus deveres, na constituição que é sempre a mesma e não nos aplausos passageiros das opiniões versáteis.

Capítulo III

Dos Deveres do Governo nas Reações Contra as Idéias

Se, nas reações contra os homens, o governo tem sobretudo necessidade de firmeza, nas reações contra as idéias, tem necessidade sobretudo de reserva. Naquelas, precisa agir; nestas, manter. Nas primeiras, importa que faça tudo o que a lei ordena; nas segundas, que não faça nada que a lei não ordene.

As reações contra as idéias incidem sobre as instituições ou sobre as opiniões. Ora, as instituições não demandam senão tempo, as opiniões liberdade.

Entre os indivíduos e os indivíduos, o governo deve colocar uma força repressiva; entre os indivíduos e as instituições, uma força conservadora; entre os indivíduos e as opiniões, não deve colocar nenhuma.

Quando vós estabeleceis uma instituição, não vos irriteis de que a desaprovem. Não procureis impedir que contra ela se invective: somente exigais a submissão a partir das formas e diante da lei. Ignoreis a oposição, suponhais a obediência, mantenhais a instituição: com a lei, as formas e o tempo, a instituição triunfará.

Quando vós tiverdes, não diria estabelecido uma opinião, Deus vos preserve de estabelecer uma, mas derrubado o poder de alguma opinião que foi outrora um dogma, não vos assusteis de que a lamentem; não proibais a expressão desses lamentos; não lhes concedais as honras da intolerância: finjais ignorar sua própria existência; oponhais à sua importância vosso esquecimento; deixai a quem o queira o cuidado de combatê-la: apresentar-se-ão combatentes, não duvideis disso, quando o odioso do poder não mais repercutirá sobre a causa. Comprimais apenas as ações, e logo a opinião, examinada, apreciada, julgada, experimentará a sorte de todas as opiniões que a perseguição não enobrece, e descerá para sempre de sua dignidade de dogma.

A justiça prescreve ao governo esta conduta. A prudência também lha prescreve.

As reações contra os homens somente têm um fim, a vingança, e apenas um meio, a violação da lei. O governo não tem, pois, senão que prevenir delitos previamente precisados. Mas as reações contra as idéias são variadas ao infinito, e os meios são mais variados ainda. Se o governo quer ser ativo, em lugar de ser simplesmente preservador, condena-se a um trabalho sem fim; é preciso que aja contra nuanças:

degrada-se por tantos movimentos por objetos quase imperceptíveis. Seus esforços, renovados sem cessar, parecem pueris: vacilante em seu sistema, é arbitrário em seus atos. Torna-se injusto, por que é incerto: é enganado por que é injusto.

Capítulo IV

Dos Deveres dos Escritores nas Reações Contra as Idéias

Cabe aos homens que dirigem a opinião pelas luzes, opor-se às reações contra as idéias. Elas pertencem somente ao domínio do pensamento e a lei não deve jamais invadi-lo.

É belo, o tratado entre o poder e a razão, este tratado pelo qual os homens esclarecidos dizem aos depositários de um poder legítimo: vós nos garantireis de toda ação ilegal e nós vos preservaremos de todo preconceito funesto. Vós nos cercareis com a proteção da lei e nós rodearemos vossas instituições com a força da opinião.

Mas, no cumprimento desse tratado, os dois partidos devem ser escrupulosos e fiéis. É preciso que o governo não veja, em toda reclamação enérgica, um caso de desconfiança. É preciso também que aqueles que pretendem esclarecê-lo não tenham pensamentos secretos que motivem essa desconfiança, quando suas profissões de fé pública parecem não mais merecê-la. Se, sectários obstinados de preconceitos queridos, consagram em silêncio a essas divindades misteriosas o incenso que parecem queimar em honra da divindade nacional, aviltam a dignidade de seu ministério; tiram a popularidade da razão pelo uso que fazem do raciocínio; perdem todos seus direitos de serem escutados pelos governantes e tornam suspeitos a língua sagrada que deveria servir aos governados contra a opressão.

Capítulo V

Da Conduta dos Escritores Atuais

Infelizmente as circunstâncias afastam hoje das idéias republicanas vários homens que pareciam destinados a esclarecer sua pátria.

Um dos perigos das revoluções é que, nas comoções que causam, as verdades, precipitando-se com os crimes, encontram-se contaminadas por essa funesta associação. A incredulidade nos lembra os crimes d'Hébert: porque assassinos execráveis massacraram padres católicos, atribuem-se esses assassinatos a opiniões filosóficas que os assassinos nem sequer conheciam. Os atentados dos carrascos, os tormentos das vítimas, parecem justificar dogmas igualmente estranhos ao horror que inspiram uns, e à piedade que se deve aos outros.

Assim, os furores da *Jacquerie* desonraram por muito tempo a igualdade. Assim, os excessos de Jean de Leyde consagraram os abusos que os tinham provocado. Esquece-se que é preciso deixar apaziguar a tempestade das paixões, antes de julgar as idéias, ou melhor dizendo, que recolhendo todas as suas forças para comprimir, para aniquilar o crime sob qualquer pretexto que se o cometa, é preciso adiar para tempos mais felizes o exame do princípio que os criminosos escolheram para seu pretexto.

Esse erro é natural. É no meio da batalha, enquanto é preciso esmagar celerados, reunidos à volta de um estandarte que o acaso colocou entre suas mãos, e que sua raiva desfigurou, que se pode discernir esse estandarte?

Por mais desculpável que seja essa sensibilidade profunda que a visão da dor priva do poder de abstrair e do dom de raciocinar, por mais respeitável que possa ser o homem que, à visão do sangue, declare-se a um só tempo contra aquele que o verteu e contra o princípio em nome do qual ele foi vertido, o homem que, por impulso e sem exame, abraça até a opinião do infeliz, não é menos importante, no momento em que uma revolução chega ao fim, e que não quer outra coisa senão se acalmar, voltar a apreciações mais justas e a julgamentos menos exaltados.

Como o nota, nas primeiras linhas de uma obra recentemente publicada, um autor que, no resto de seu livro, parece ter perdido de vista esse princípio: *quando um governo começa, não são apenas os governantes que não sabem comandar, são*

também os governados que não sabem mais obedecer. Ensinando-se ao povo a desobediência para com a autoridade sob a qual ele nasceu, mais ainda se lhe ensinava a desobediência para com a autoridade que iria nascer. Conduzindo-o à insurreição, deu-se-lhe uma lição que um dia devia repetir para com seu senhor. O governo tendo que no mesmo instante reconduzi-lo à obediência, e firmar-se no comando, não se concebe que possa conservar-se.

É preciso, pois, que todos os homens, cuja influência pode trazer de volta o hábito da subordinação, aliem-se ao governo. Se todavia se colocam contra ele, se secundam, com seus meios de opinião, a disposição à resistência que o povo contraiu, jamais a ordem poderá renascer: jamais os governantes retomarão essa confiança neles mesmos que os impede de recorrer ao arbitrário, jamais os governados se habituarão à submissão que os preserva da anarquia.

Quando os escritores se permitem insinuações amargas, declamações exageradas, lamentos inúteis, não agem somente contra o governo particular do qual não gostam, mas contra a idéia geral da ordem. Colocam um obstáculo a mais para seu restabelecimento; mantêm o povo no hábito do descontentamento e fazem o governo sentir a necessidade do arbitrário. Um se irrita e se recusa à obediência; o outro se assusta e faz apelo à opressão. Um terceiro inconveniente recai sobre os próprios escritores. Retiram de suas representações mais sábias, de suas reclamações melhor fundadas todo o peso que teriam, colocando ao lado delas personalidades e alusões que desacreditam a obra e seu autor, mesmo junto à malignidade que os acolhe. Quando um escritor faz suceder à expressão transparente de suas saudades da realeza, considerações sobre um abuso qualquer na república, tem-se a disposição de suspeitá-lo de querer restabelecer o que sente falta, e pensa-se que ele somente ataca os abusos porque os crê favoráveis ao que odeia. De sorte que se consagra ao abuso por causa de seu adversário, e este último somente ganha por seu duplo esforço de destruir seu efeito. A realeza não se restabelece e a república permanece abusiva.

Essas reprovações são merecidas hoje em dia por uma classe de escritores numerosa e poderosa, que parece empregar todos os seus meios para prolongar essa agitação dos espíritos, essa exageração retrógrada das opiniões. Ela aumenta a

velocidade da impulsão quase material que nos conduz ao mesmo tempo longe das idéias liberais e longe dos crimes revolucionários, e combate as verdades por meio de ressentimentos e os princípios pelas lembranças.

Essa classe é composta de homens que foram por muito tempo e justamente célebres sob a monarquia; homens, acrescentaria, que prestaram grandes, eminentes serviços à coisa pública, imediatamente após a queda dos decêmviros. Eles têm, com constância e com coragem, chamado, provocado, exigido, obtido um tropel de medidas suaves e humanas, fracas reparações pelos dezoito meses da mais execrável tirania. Mas, nessa luta honrosa contra os restos abomináveis do regime revolucionário, contraíram o hábito de lutar. Colocam seu orgulho em atacar a liberdade, como o despotismo, a verdade, como o erro. Perdem o mérito da coragem, empregando-a em todos os sentidos. A utilidade não lhes parece nada, a oposição lhes parece tudo, e, por um desprezo funesto, enquanto a honra é o fim, eles a colocam na resistência.

Não puderam perdoar à revolução de ter-lhes suprimido uma porção da glória impossível de reconquistar. Sentiram que ela ultrapassava sua ousadia, que ela lhes retirava os fáceis triunfos que obtiveram com uma aparência honrosa de perigo sobre uma autoridade expirante. Todos os meios de ataque que um longo hábito havia-lhes ensinado contra os abusos monárquicos, a revolução os tornava inúteis pela destruição desses abusos. Eles se haviam distribuído papéis numa peça que devia ser de um interesse geral: ela os afastava cruelmente da cena.

Despojados de sua influência pela tirania do populacho, acreditaram que, só por que essa tirania fora derrubada, sua influência lhes seria devolvida. Não perceberam que as guerras civis não fecham somente as academias, mas destroem o espírito acadêmico e que depois de sete anos de uma mudança que desgastou todas as forças, não se poderia ter, para com suas alusões finas, para com suas nuances delicadas, para com seus picantes epigramas, o devotamento que se lhes testemunhava nos tempos tranqüilos e desocupados da monarquia. Assim como os padres voltam a pedir os altares, os nobres os direitos feudais, esses homens voltam a pedir a importância literária, e sua esperança enganada os irrita, não só contra as causas que não existem mais, mas contra os efeitos, aos quais é impossível remediar. Em uma

ordem de coisas completamente nova, eles querem ter o mesmo poder que na ordem antiga, e por meios semelhantes; e como perderam esse poder sob a anarquia, acreditam que, já que não o obtém de volta, a anarquia ainda subsiste. Vêem sua supremacia de opinião como uma parte essencial da ordem social, e não podem acreditar no restabelecimento da ordem social sem que se restabeleça sua supremacia.

Daí essa amargura contra os homens e contra as coisas; daí essa obstinação em se servir sempre de armas embotadas e essa indignação, misturada com a surpresa, de que seus golpes fiquem sem efeito; daí esse lamento verdadeiro por sua consideração passada e esse lamento aparente pelo sistema que lhes ocasionava essa consideração.

Esses homens não são partidários do rei; mas amam, na realeza, a proporção estabelecida entre a fraqueza do governo e suas forças individuais. Uma autoridade vacilante, ministros indecisos, uma administração tímida e versátil, que lia-os, temia-os, ameaçava-os e perseguia-os na dose necessária para a glória, eis precisamente os inimigos que lhes convinham.

Seus lamentos são pueris, mas são naturais: se os julgaria com indulgência, se perdoariam suas pretensões, últimas ruínas de um edifício destruído, se a direção que dão à opinião, se os meios que empregam, não nos ameaçassem com maiores males. Mas, procurar-se-ia em vão disfarçar o quanto a reação que favorecem é geral e rápida. Para qualquer lado que se volte os olhos, vê-se sair como da terra preconceitos que se acreditava destruídos.

Às vezes são preconceitos de detalhe, que se lamenta somente como fazendo parte de um grande todo. Associa-se-lhes, por um artifício grosseiro, a lembranças que lhes são absolutamente alheias: em questões de legislação, evoca-se os excessos da anarquia; ataca-se uma lei por causa de seus autores ou sua data; argüi-se, contra opiniões abstratas, a partir de crimes que com elas se relacionam apenas por serem da mesma época.

Às vezes exumam-se sofismas, após longo tempo esquecidos em favor desses preconceitos mais gerais cuja obscuridade complicada é, por isso somente, menos evidente. Compostos por um encadeamento de erros, é preciso, para os apreciar, seguir um encadeamento de idéias; e entrincheirados atrás desse bulevar, que a

multidão desatenta não pode transpor, eles permanecem sagrados a seus olhos. Assim, clama-se pela hereditariedade², por esse último elo da cadeia imensa sob a qual, após vários milhares de anos, agita-se e sofre nossa espécie. Clama-se pela hereditariedade, por essa instituição que provoca, alternativamente, a violência devastadora das paixões súbitas e o cálculo vitorioso das luzes progressivas, e que é tão contra a natureza que os homens grosseiros tendem, pelo crime, ao fim ao qual os homens esclarecidos chegam pela razão.

Junto aos povos ignorantes, os privilégios podem se sustentar, mas os privilegiados são com frequência aí as vítimas; junto aos povos instruídos, os privilegiados devem ser poupados, mas os privilégios devem cair. No século XIV, os camponeses estrangulavam a nobreza; no século XVIII, os filósofos a aboliram, e esse século mesmo, pela luta desastrosa que ocorreu, viu suceder a essa medida geral e salutar, uma proscricção individual e execrável, por que essa luta, sublevando até as classes ainda brutas da sociedade, reuniu dessa maneira os excessos da ferocidade aos resultados do raciocínio. Apesar desse exemplo, quer-se, por meio de engenhosas nuances, de considerações finas, de sutilezas elegantes, do brilho do talento, de brilhantes imagens, trazer de volta a hereditariedade³. Renuncia-se, é verdade, a esses argumentos sobrenaturais empregados por tão longo tempo com sucesso. Abandona-se a posição arruinada do direito divino, mas finca-se pé na utilidade. Desce-se do céu, mas combate-se sobre a terra, e tal é a confiança que inspira a impulsão de uma reação desordenada, que não se coloca em dúvida a ressurreição de um abuso contra o qual reclamam quer a classe forte que destrói, quer a classe pensante que organiza, de um abuso que a razão desaprova e que o instinto rejeita.

Enfim, trabalha-se, com mais zelo ainda, pelo restabelecimento dos preconceitos religiosos. Homens que somente deveram a um longo aprendizado de incredulidade

² Algumas pessoas me aconselharam a advertir o leitor que por hereditariedade, somente entendia a doutrina dos privilégios, e não propriedades hereditárias. Creio esse esclarecimento supérfluo. Entretanto, subscrevo-o, para prevenir qualquer equívoco.

³ Ver nota no fim da obra.

seu brilho efêmero, homens proclamados outrora ilustres sob a condição que fossem ímpios, violam hoje essa cláusula expressa do tratado, empregando, em favor dos mistérios do catolicismo, uma pluma envelhecida na repetição dos sarcasmos de Voltaire e das insinuações de d'Alembert: uma luz descida do céu parece subitamente ter esclarecido uma massa de ateus fanáticos, céticos dogmáticos, incrédulos intolerantes. Se eles se limitassem a reclamar contra uma perseguição absurda ao mesmo tempo que iníqua e que marcha contra seu objetivo, nós os secundariamos com todos os nossos esforços. Mas, levantando-se contra uma injustiça presente, vemo-los meditar uma injustiça futura. Invocando, como todos os partidos fracos, o direito sagrado da tolerância, conservam o gosto pela perseguição, à condição que seja exercida mesmo em nome de uma religião errônea. Vós os vereis extasiar-se sobre a piedade dos atenienses, na condenação de Sócrates. *Povo sublime*, gritava há pouco tempo um jornalista, *povo sublime, no espírito do qual somente se consegue perder o mais virtuoso dos homens fazendo-o passar por ímpio*.

Assim, reconstrói-se o tríplice edifício da realeza, da nobreza e do sacerdócio. Assim, as opiniões liberais são atacadas por trânsfugas da filosofia, pelos próprios discípulos desses gênios imortais que ousaram sonhar com a regeneração da espécie humana.

Antigamente, cansados da pressão das classes superiores, cada um enfrentava aquela que de imediato lhe pesava; e esse esforço simultâneo produziu uma desordem universal. Hoje, espantados por essa subversão, cada um pensa que não se pode reconstruir sem reconstruir também o que outrora o cercava e mesmo o que estava acima dele. O sentimento da pressão parece-lhe uma promessa de garantia. Constrói-se sobre um terreno virgem, mas constrói-se com lembranças, e perde-se a recompensa de sete anos de calamidades. Estamos tão aterrorizados com as revoluções que tudo o que é novo nos parece revolucionário, e quase tudo o que não é abusivo é novo.

Apenas o governo luta ainda contra essa disposição geral. Ele luta, mas com esforço, e mesmo o combate é, para a liberdade, um perigo de um gênero novo.

Ao servir-se contra uma república nascente de todo o poder da opinião, os escritores forçam aqueles a quem os destinos dessa república estão confiados, a fazer no interesse da liberdade, precisamente o contrário do que distingue os governos

livres, a se isolar dos homens esclarecidos e a enfrentar a opinião pela força. Se esse hábito se consolidasse, de duas contra-revoluções morais não poderia deixar de acontecer uma: ou os escritores triunfariam sobre o governo, e então as luzes pervertidas trariam de volta todas as idéias que elas mesmas tinham destruído; ou o governo triunfaria sobre os escritores, e então o governo, rejeitando essas idéias, rejeitaria ao mesmo tempo as luzes.

Os escritores nos deixariam talvez uma república, mas com uma religião dominante, a indissolubilidade do casamento, a proscrição dos filhos naturais e sucessivamente todos os erros que são o resultado inevitável de um erro primeiro; o governo nos daria seguramente uma república liberta dessa equipagem gótica, mas privada também do apoio da opinião, despojada do brilho e da liberalidade das luzes, e dirigida por homens que sempre importunados pela gente de letras, e sempre vencedores, expressariam o desprezo pelas letras e por aqueles que as cultivam.

Nas duas suposições, essa república não seria de longa duração. Na primeira, investida, desde seu nascimento, de erros ressuscitados, seria logo esmagada por eles, e a realeza, digno complemento de todos os erros, viria coroar o edifício de preconceitos reais reconstruídos com tanto cuidado. Na suposição contrária, não é da natureza de um governo seguir sempre a linha dos princípios, marchando contra a opinião. O isolamento o tornaria forçosamente sombrio, egoísta e ambicioso. Obrigado a fechar os ouvidos à voz pública, logo os abriria ao seu interesse particular, e o despotismo militar asseguraria a um só tempo o aniquilamento dos preconceitos antigos, o estabelecimento de um desprezo grosseiro pelas luzes, desonradas na defesa desses preconceitos, e a perda da liberdade.

Capítulo VI

Continuação do Mesmo Assunto

Certamente os escritores que acabo de descrever estão longe de prever todos esses males. Não foi para sempre que abjuraram os princípios dos quais sua juventude foi alimentada, aos quais devem sua primeira glória, e que, de qualquer excesso que sejam o pretexto, não podem perder seu império sobre almas educadas e espíritos esclarecidos. Há no pensamento, na meditação, no estudo, uma tendência natural para a independência e a razão. Aqueles homens de letras que são de boa fé em sua oposição à autoridade, adquirem, por essa própria oposição, um hábito de reclamação que deve causar-lhes para sempre uma necessidade generosa da resistência ao arbitrário. No momento em que perceberem o despotismo a descoberto, no momento em que discernirem o abismo em direção ao qual os empurram sua aversão por alguns homens e seus preconceitos contra algumas instituições, retornarão à sua destinação primitiva; reunir-se-ão à volta de uma causa que abandonaram sem querer traí-la e a liberdade verá, reunidos sob sua bandeira, seus antigos como seus novos amigos.

Já aparecem vários sintomas desse retorno salutar. Escritores que, durante bastante tempo, abusaram de seu talento amargo e da força de sua lógica para dirigir contra os republicanos um ódio que devia, apesar deles, recair sobre a própria república, olham subitamente à volta deles, e se espantam de ver aplicadas às suas opiniões queridas o que tinham dito contra medidas ou contra homens que detestavam. Não liberais em suas inimizades pessoais, são eminentemente liberais em seus princípios abstratos: e ousam anunciar-lhes que não tardarão a se juntar, na defesa da filosofia pela qual gostariam ainda de sozinhos reclamar, aos próprios homens que atacaram. Verão que sua causa é inseparável daquela de todos os amigos da liberdade. Perdoarão erros, perdoar-se-lhes-á suas injustiças. Aumentarão a falange republicana que combate pela preservação de tudo que há de sagrado nos direitos e de grandioso nas luzes.

Mas essa reunião tardia poderá ainda por um fim à reação cuja violência cresce de hora em hora? Os homens criam as circunstâncias, mas as circunstâncias conduzem os homens: a mão que deu o movimento é raramente aquela que o dirige ou o pára, e o primeiro autor de uma impulsão cai frequentemente vítima daquele que dela se apodera.

Quando os girondinos quiseram a república, uma multidão de cidadãos virtuosos gritava-lhes: a anarquia vos segue, ela vos secunda, ela vos devorará. Foi em vão. O entusiasmo de sua sublime empreitada cegava-os sobre seus perigos. Não viram os monstros que formavam sua terrível retaguarda. Fundaram a república e a feroz Montanha revirou-a sobre seus fundadores.

O mesmo poderia acontecer hoje em sentido oposto. Atrás desses escritores, cujas intenções são puras, dominadas por lembranças amargas, ou por escrúpulos excessivos, avança, com vistas mais vastas, com meios melhor combinados e com projetos melhor seguidos, um partido montanhês por sua natureza, mas montanhês pela realeza.

Os homens que compõem esse partido são isentos ao menos da acusação de inconseqüência. Não são apóstatas da liberdade. Nunca se comprometeram com ela, nem deram nenhum passo nessa nobre e perigosa carreira.

Em todos os tempos governados por opiniões estreitas, ou por interesses mais estreitos ainda, sectários constantes da iliberalidade, sob a monarquia, delatores dos filósofos, panegiristas da intolerância, apologistas da noite de São Bartolomeu, sob a república, entusiastas da monarquia, e orgulhosos dos crimes que mancharam a mais justa das revoluções, trazem hoje com pompa uma desastrosa experiência em apoio de uma aviltante teoria. Expõem-nos suas pretendidas profecias. Contam, com uma alegria feroz, as feridas de seu país. Não vêem, nos sofrimentos da França, mais do que uma prova em favor de seus degradantes sistemas. Odiosos por seus princípios, odiosos por suas predições, mais odiosos por sua alegria, extraem novos sofismas das calamidades que seus sofismas causaram. Foi pregando a resistência aos melhoramentos necessários que ocasionaram, no lugar desses melhoramentos, dilacerações; e como se sua destinação eterna fosse envenenar todos os bens e evocar todos os males, depois de ter se oposto ao que se melhorava, eles se opõem hoje ao que se repara.

Um grande número de jornais está sob a direção desses homens.

Não quero aqui condenar a existência dos jornais em geral. A necessidade de escrever todos os dias me parece, é verdade, obstáculo perigoso ao talento. Esse cálculo cotidiano, que faz de uma folha uma renda, que avalia as subscrições, que estabelece uma retribuição pecuniária, tão positiva e tão detalhada, entre o leitor

cuja opinião se louva e o escritor que a louva, não deixa nem o tempo, nem a independência que demanda a composição de obras úteis. A necessidade de impressionar por meio de reflexões fortes leva ao exagero, a de divertir por meio de anedotas conduz à calúnia. Todos esses inconvenientes se agravam ainda pelas querelas polêmicas, pelas disputas pessoais, inseparáveis dessa profissão. Um jornalista renuncia à dignidade do homem de letras, à profundidade do raciocínio, à liberdade do pensamento. Normalmente um jornal é mais maléfico que seu autor e normalmente ainda um autor torna-se mais maléfico por seu jornal.

É com pesar que exprimo essas verdades severas. Não escondo que os jornais são um recurso muito eficaz, talvez o mais eficaz, e algumas vezes o único, contra os atos de opressão individual, que são inseparáveis de todo governo administrado pelos homens. Mas essa consideração redobra meu ressentimento contra aqueles que, pelo abuso que fazem desse recurso, tendem a torná-lo odioso e ilusório.

Quando se pensa que há, a cada dia, de trezentos a quatrocentos escritores, inventando ou repetindo anedotas caluniosas contra todos os homens distintos, e mesmo – por pouco que uma paixão particular os solicite ou os estipendie – contra os homens mais obscuros; levando a desolação às famílias; violando o santuário da vida doméstica; rasgando as mais doces afeições; semeando a dissensão entre os esposos; tornando os cidadãos suspeitos à autoridade sob a qual vivem, a autoridade odiosa para aqueles sobre a qual se estabeleceu; exercendo, em uma palavra, um gênero de perseguição indefinida e minuciosa, que desafia todos os ressentimentos e elude todas as leis, e cometendo todos esses crimes pela miserável retribuição diária que serve para dispensá-los de todo gênero de trabalho honesto e de toda ocupação legítima, sente-se, por uma injustiça involuntária, contra a própria instituição que está sujeita a semelhantes abusos, uma mistura de desprezo e de horror; e tem-se a necessidade de lembrar que é somente na França, e desde a Revolução, que certos jornalistas se julgaram uma classe inimiga de todas as outras classes, e liberta de todos os deveres sociais.

Existem, contudo, não quero negá-lo, diversos jornais que merecem estima. Existem aqueles cujos desvios são absolutamente indesculpáveis. Aqui somente falo

daqueles que fazem da calúnia uma especulação mercantil e que, reforçando-se uns aos outros, colocam-na por assim dizer em concurso. Conheço desses em todos os partidos; tenho-os todos em vista, e se detesto mais aqueles que atacam a liberdade, não desprezo menos aqueles que a desonram defendendo-a.

O poder desses jornais cresceu, como por magia, em meio a um desmoronamento universal. Ele dá audácia aos mais covardes e temor aos mais corajosos. A inocência dele não protege; o desprezo não pode afastá-lo. Destruidor de toda estima e profanador de toda glória, desfigura o passado, precede o futuro, para desfigurá-lo da mesma forma; e, graças a seus esforços e a seus sucessos, depois de uma revolução de sete anos, não resta, em uma nação de vinte e cinco milhões de homens, um nome sem mancha, uma ação que não tenha sido caluniada, uma lembrança pura, uma verdade tranqüilizadora, um princípio consolador.

Esses jornais caluniadores querem estabelecer sua magistratura sobre um povo vencedor de toda a terra. Essa magistratura é o contrário do governo dos melhores. É o governo dos mais venais e dos mais vis. Viu-se nações esmagadas pela força; outras foram enganadas pela superstição. Nenhuma sociedade tinha ainda escolhido por guias homens que ela própria arruinava com sua desconsideração. Esses homens não forneciam à França nem a desculpa da ilusão, nem a do terror. Não é nem do fundo do santuário, nem do alto do trono, que eles a cegam e a subjugam. É do seio do desprezo que a corrompem e a degradam. Reúnem-se pela mentira; têm por princípio uma liga ímpia em favor de tudo o que dizem à porfia de falso, de injusto ou de calunioso. Seu opróbrio faz seu poder: expõem sua degradação⁴, e vós os escutais, ingênuos em sua baixaza, vangloriar-se de que ao abrigo dessa égide, eles lançam impunemente suas setas envenenadas e desonram com tanto mais audácia que sua salvaguarda é a desonra.

A maior parte desses escritores estão nessa época da vida na qual a alma, nova ainda, segue todos os impulsos da natureza e cujo quinhão é uma nobre imprudência,

⁴ Ver nota no fim da obra.

uma generosa indignação, uma altivez preservadora, um desinteresse exaltado, o amor à verdade, o ódio ao vício, todas essas sensações, quase físicas em nossos primeiros anos, e que se vê com tanta pena a velhice decompor e murchar; e é na entrada de sua carreira que eles traficam voluntariamente com o opróbrio, renunciam à sua própria estima, e, em sua monstruosa aliança com os sectários envelhecidos dos preconceitos vencidos, apresentam de todas as reuniões a mais ignóbil, a grosseria brutal da juventude e a corrupção refinada da idade avançada.

Por sua voz, todo um povo, digno outrora da liberdade, cai na servidão. Por sua voz se aviltam nossas esperanças; a vitória torna-se inútil; os defensores de nossa pátria caem insultados e desprezados. Enquanto a glória está em nossas fronteiras, a calúnia envenena e devasta nossos lares: e o que em todos os lugares teria comandado o reconhecimento e o entusiasmo, excita entre nós a insolência da ingratidão, a esperança de uma dúvida culpada, ou o sorriso do desdém.

Capítulo VII

Dos Recursos que Restam aos Amigos da Liberdade e das Luzes

Nesse abatimento da opinião, nessa dissolução aparente de todo espírito nacional, que esperança podem conservar ainda os amigos da liberdade e das luzes? Que meios eles têm? Que planos devem seguir?

Sua causa não está perdida. Eles não a trairão. Não irão se compor com nenhuma forma de reação. Não aceitarão nem o despotismo, nem uma realeza mitigada, que logo cessaria de sê-lo, nem uma república arbitrária, que não seria menos vexatória que a realeza, nem o aviltamento convertido em dogma, nem uma opressão feroz convertida em princípio.

De sua constância e de seu sucesso depende tanto a salvação da república, quanto a da própria turba imprudente que os abandona ou os proscreeve.

A realeza que os imolaria, tornando-se logo todo-poderosa, pediria novas vítimas. As épocas e as formas seriam esquecidas; desconhecer-se-iam modificações doravante inúteis: ter querido traçar limites a um poder que, por sua natureza, não os reconheceria, igualaria o crime de ter contribuído à sua queda ou lutado contra seu restabelecimento.

O sistema que servem hoje homens outrora patriotas ultrapassará todas as barreiras. Devorará indistintamente tudo o que não lhe foi devotado até o fanatismo. Se esse sistema monstruoso triunfasse, a proscricção seria sem fim e sem limites⁵. O senhor de La Fayette, nos cárceres inimigos, é ainda o objeto do ódio da aristocracia implacável. Homens na França, ó vergonha! aplaudem os crimes da Áustria, esses crimes dirigidos, não somente contra o infortúnio, mas contra o devotamento de uma mulher, contra a piedade conjugal e filial, contra tudo o que suavizaria os monstros mais selvagens; e jornais covardes ultrapassam a medida de seu opróbrio ao justificar uma atrocidade sem exemplo como sem desculpa, sem legalidade como sem pudor⁶. Bailly, Condorcet, Vergniaud, almas veneráveis, nomes imortais, são

⁵ Ver notas no fim da obra.

⁶ *Idem*.

insultados indiferentemente por escritores vendidos em outra época a seus carrascos. Há homens em cuja alma a piedade não entra jamais. O exílio, as prisões, os cadafalsos, todas as calamidades dos partidos vencidos, só fazem nascer neles uma alegria feroz. Esperando o orgulho do triunfo, têm a exaltação da crueldade. Dilaceram cadáveres, pisam nas cinzas, profanam túmulos.

Esses homens esperam a queda dos republicanos, para se lançar sobre aqueles mesmos que encorajam durante a luta. Em seus aliados de hoje, marcam já as vítimas de amanhã.

Não disfarçam seus ressentimentos, tanto contam com vossas paixões cegas, vós que arrastais a seus pés um tardio e vão arrependimento.

Irão eles vos perdoar, generosos entusiastas, que primeiros destes o sinal da revolução que eles detestam, cujos nomes estão ligados às mais brilhantes épocas da emancipação dos franceses, que haveis destruído vossos próprios privilégios e cujo desinteresse somente lhes parece um crime a mais?

Irão eles vos perdoar, egoístas ambiciosos, a quem não se têm a reprovar virtudes, mas erros, que haveis misturado vossas visões particulares aos grandes interesses da nação e cujos cálculos pessoais desviaram a revolução das sendas da moral?

Irão eles vos perdoar, enfim, a vós, homens verdadeiramente culpados, assassinos convertidos, procônsules arrependidos? O que vós esperais de sua indulgência? Qual tratado pode ser durável entre o crime que abdica e a vingança que retoma o poder?

Todos vós que, durante um dia, durante uma hora, esperastes pela revolução, vós que a aplaudistes, ou secundastes, ou manchastes, constituintes, legislativos, convencionais, *feuillants*, jacobinos, criminosos por aclamação ou culpados de silêncio, vós fostes atingidos por um mesmo anátema. A sorte de todos vós está decidida.

A vós que fostes culpados, a república vos prometeu a vida; sob a realeza, a morte. A vós, que somente fostes ambiciosos, a república vos deve o perdão, porque vós servistes, apesar de vossos erros, a liberdade; sob a realeza, a morte. A vós, cuja conduta sempre pura somente irrita a tirania, tereis sob a república, glória e reconhecimento sempre crescentes; sob a realeza, a morte.

É, pois, a França inteira que defendem os republicanos. Só a eles cabe defendê-la. Só eles podem operar o restabelecimento da ordem. Só eles tranqüilizam essa

classe ardente e móvel, à qual, revelando-se-lhes o segredo de seus direitos, não se pode esconder o segredo mais perigoso de suas forças. Só eles falam a sua língua; só eles podem contê-la, hoje, enfim, que é preciso convencer em lugar de esmagar e inspirar-lhes a confiança em lugar de lhe provocar pavor.

Entretanto, um tipo de desencorajamento parece ter tomado conta deles. Eles estão calados em meio aos clamores confusos de seus inimigos. De todas as partes se multiplicam panfletos incendiários ou pérfidos. Aqui propõe-se violar a fé pública, despojar de sua propriedade aqueles que, por sua confiança na lealdade nacional, sustentaram o Estado em meio a uma guerra devorante⁷. Mais longe, vê-se difamar o vencedor da Itália e caluniar esse exército ao qual a república deve talvez tanto sua existência interior quanto seus brilhantes triunfos no exterior. Mais longe ainda, um homem, incrédulo quando os filósofos distribuía a glória e bajulador da Comuna quando a Comuna assassinava, tenta reanimar com mão fraca uma superstição expirante. Esse homem, sob o regime do terror, redigia em um jornal o artigo *literatura*; friamente colocava suas dissertações acadêmicas perto das listas sangrentas das vítimas de cada dia: produzia seu fraseado rebuscado ao lado dos cadafalsos. Em um primeiro momento deísta por vaidade, a seguir ateu por medo, hoje fanático por orgulho e não obstante empolado de um talento sempre medíocre, pretende-se tomado por uma indignação súbita, três anos depois dos crimes, e se pavoneia com sua coragem, três anos depois do perigo. E os republicanos mantêm o silêncio! É o desprezo por tão miseráveis adversários? Nada do que se repete é para se desprezar: tudo tem seu efeito nas reações e a falta do talento, a ausência da boa fé, o ridículo da versatilidade, não bastam para enfraquecer os estragos provocados no ponto de vista da opinião. É deferência pela dominação da moda? Ah! para aprender a desdenhar o ídolo, que contemplem os adoradores. Que vejam essa raça pueril, efêmera, afeminada, maçante, semelhante às sombras que nos pinta Homero, privada de conhecimento e de idéias, desprovida de juízo, de caráter, de

⁷ Ver nota no fim da obra.

paixões mesmo, e agitando-se no vazio, imitadora impotente, mas infatigável, das ações dos homens.

Multa variarum monstra ferarum,
- Tenues sine corpore vitas
Admoneat volitare, cava sub imagine formae.

É verdade, esses seres de um dia, que somente têm uma existência artificial, movimentos copiados, palavras de união, esses seres travestidos burlescamente em dispensadores da glória, querem ressuscitar o império dos salões, o tribunal da moda, desse poder legislativo da vaidade, indestrutível como ela, e querido de tudo o que é nulo, porque, amontoando parece reunir, serve a um só tempo ao amor próprio e ao medo, assegura o ridículo tornando-o geral e engrandece os pigmeus, rebaixando o resto do mundo à sua diminuta estatura. Mas que os amigos da liberdade, das luzes se reanimem, que avancem em direção a esses ligeiros fantasmas: depois de seus primeiros passos, esses fantasmas se dissiparão; que então, sem parar de persegui-los, cubram seu vão murmúrio com a voz forte e viril da verdade.

Que lembrem axiomas eternos, que destruam os preconceitos que se reconstroem, que retifiquem os princípios que se desnaturam; que defendam, com uma coragem inquebrantável, e sem temer caluniosas interpretações, os homens, outrora exaltados em suas opiniões, mas não manchados por crimes, que se vê hoje, seja imprudência ou perfídia, fazer uma raça por sua vez proscrita e terrível, que apenas tenha asilo sobre a terra sob os restos da ordem social; que os defendam, digo, contendo-os; que aliados, não à opinião que segue as crises, mas ao governo, quando modera a opinião, garanta esse governo do recurso inebriante e destrutivo do arbitrário, e desenvolva enfim a força reparadora que, a despeito talvez de alguns de seus defensores, conserva a constituição.

Para estabelecer mais solidamente o reino dos princípios, que antes confundem com aqueles que os exageram, esses inimigos hábeis da liberdade, tornados subitamente cortesãos fáceis das circunstâncias, amigos servis do arbitrário, lógicos severos e metafísicos rigorosos.

Que evidenciem suas contradições, provando pelos fatos que combateram com todos os seus meios a própria doutrina que reclamam, que recusaram antecipadamente, que designaram, como protetores da anarquia, como inimigos da ordem pública, aqueles que possuíam outrora sua linguagem de hoje, e que é em seus próprios discursos, em suas arengas eloqüentes, em suas declamações patéticas, que se pode encontrar sua condenação mais severa.

Os mesmos homens que agora invocam a liberdade ilimitada da imprensa, levantaram-se furiosos contra essa liberdade, quando não tinham necessidade que ela existisse, ou, melhor dizendo, quando tinham necessidade que ela não existisse. Então, era preciso prevenir os males, em lugar de puni-los; então, as folhas periódicas eram um veneno terrível, um licor inebriante, do qual o governo devia proteger o povo.

Uma reunião bizarra de circunstâncias empurra-os hoje em dia em um sentido contrário. O poder e os preconceitos estando no momento em oposição, seus defensores têm necessidade da licença da imprensa para servir sua causa. Recorrem à razão, na impossibilidade de ter reconquistado a força. Querendo nos fazer retroagir, estão reduzidos a colocar em uso e a declarar sagrado o próprio recurso que nos empurrou tão longe, apesar de seus esforços.

É um traço característico das revoluções que essa facilidade e esse atrevimento dos partidos em jogar longe deles seus raciocínios, e tomar os argumentos de seus adversários, como via-se, nas bordas do Scamandre, os heróis gregos e frígios trocar suas armas e recomeçar o combate.

A história da Inglaterra, durante a época das guerras de Carlos I, está cheia de exemplos semelhantes. *Foi um singular espetáculo*, disse Clarendon, *ver os amigos da monarquia afetando o rigor das opiniões republicanas e aqueles que estavam verdadeiramente ligados à república, forçados a defender freqüentemente medidas monárquicas.*

No décimo ano da república inglesa, disse Burnet, *vários homens do partido do rei, daqueles que se chamavam Cavaliers, envolveram-se nos negócios públicos. Eles eram então todos zelosos republicanos, seguindo as ordens que a corte lhes fazia passar do exterior. Sua ocupação era se opor ao governo, entravar suas medidas, dessa maneira enfraquecê-lo no interior e aviltá-lo no exterior. Quando*

algumas pessoas do partido contrário se espantavam dessa grande mudança e lhes perguntavam como, subitamente, de defensores obstinados da prerrogativa real, tinham se tornado os patrões zelosos e os advogados minuciosos da liberdade mais abstrata, respondiam que educados na corte e tendo-lhe obrigações, se encontravam outrora obrigados pelo reconhecimento ou o hábito, mas que, a corte e a realza não existindo mais, tinham retornado aos princípios comuns a todos os homens e ao amor pela liberdade. Como alguns republicanos de boa fé foram enganados por esse meio e acabaram por apoiá-los, deram muita força à facção. Esses mesmos homens, quando da restauração do rei, tiraram as máscaras, e retornaram aos seus antigos princípios de alta prerrogativa e de poder absoluto. Eles disseram que eram a favor da liberdade, quando era um meio de embaraçar aqueles que não tinham o direito de governar, mas que o governo retornando a ser legítimo, eles eram, mais do que nunca, firmes apoiadores da autoridade real e inimigos declarados da liberdade⁸.

O mesmo conjunto de circunstâncias não se reproduzindo, semelhantes comparações não podem ser perfeitamente exatas: declaro mesmo que estou longe de fazer dessa passagem uma odiosa e injusta aplicação a homens que se opuseram ao governo com um calor excessivo, mas com intenções honestas. Esse calor era neles o efeito da inexperiência, como algumas das medidas que sublinhavam com tanta amargura eram o efeito da inexperiência inseparável de um governo completamente novo. Essa conformidade de causas nos erros não deveria conduzir a uma reaproximação mútua e a uma mútua indulgência? Tudo o que quis provar, é que o exagero dos princípios, sendo o meio mais infalível de torná-los inaplicáveis, será sempre uma das armas mais perigosas que podem empregar os partidários dos preconceitos.

Ouçó proferir aqui a acusação de maquiavelismo. Vós quereis, dir-se-á, fazer tudo por causa das circunstâncias, depois de ter por tanto tempo pretendido não levá-las em conta. Vós abandonais vossos princípios a partir do momento em que não servem mais a vossas opiniões. Vós caluniais vossos adversários quando raciocinam a partir das pró-

⁸ Burnet's. *History of his own time*. Edinburg, 1763, vol. I, p. 99.

prias bases que vós os forçastes a admitir. Vós é que sois inconstantes, versáteis, insidiosos, vós que opondes as abstrações mais rigorosas aos interesses que quereis prejudicar, e que fazeis exceções sem número em favor de vossos próprios interesses.

Estou longe de merecer essa reprovação. Afastando completamente aqueles para quem o raciocínio abstrato é uma evolução e a metafísica um stratagem, ninguém está mais em guarda do que eu contra os sectários do excesso contrário, contra esses panegiristas eternos das modificações que, buscando sempre o meio, permanecem sempre a meio caminho, e, não acreditando que a ordem social possa ser fundada sobre bases fixas, tomam o balanço pelo aprumo e a flutuação pelo equilíbrio.

Essa neutralidade do espírito entre o erro e a verdade é tanto mais perigosa quanto ela se transforma em qualidade aos olhos daqueles que a adotaram. Como pactuando com todos os abusos, poupam todos os sistemas, e negociam com todos os preconceitos, vangloriam-se do número de tratados parciais que concluem, ou antes que propõem, e não sentem que esses tratados incompletos e contraditórios são germes novos de desordens. Parece-me ver um homem cujos movimentos são entravados por uma massa de frágeis ataduras, e que diz com orgulho: *um outro as quebraria; eu, eu as respeito*. Sim; mas um outro avançaria, vós não avançais, e, atrás de vós, rola a força das coisas; se aproxima, é iminente, vos pressiona, vos atinge; e vós e vossas considerações sereis esmagados.

Sem dúvida, existe um meio entre as modificações que entram, e os exageros que desencaminham. Esse meio, são os princípios, mas os princípios em toda sua força, em todo seu conjunto, em sua ordem natural, em seu encadeamento necessário, adotados todos, reunidos e classificados, prestando-se assim um apoio mútuo e provendo a um só tempo à sua conservação geral e às suas aplicações de detalhe.

Capítulo VIII Dos Princípios

Tanto e tão cruelmente se abusou da palavra *princípios* que aquele que reclama para eles respeito e obediência é tratado normalmente de sonhador abstrato, de raciocinador quimérico. Todas as facções têm ódio dos princípios: algumas os consideram como tendo levado aos males passados, outras como multiplicando as dificuldades presentes. Aqueles que não podem reconstruir o que não existe mais, agarram-se aos princípios da desordem; aqueles que não sabem fazer funcionar o que existe, acusam os princípios por sua impotência; e a própria massa que, em sua qualidade de ser compósito, não tendo nenhum interesse nas exceções individuais, tem um interesse imperativo quanto a que os princípios gerais sejam observados, vendo-os expostos às declamações de todos os partidos alternativamente, previne-se e atija-se contra uma coisa da qual todos falam mal, enquanto essa coisa é a única que a garantiria contra todos eles.

A reabilitação dos princípios seria um empreendimento ao mesmo tempo útil e satisfatório: sair-se-ia, entregando-se a isso, dessa esfera de circunstâncias na qual encontramos-nos perpetuamente contrariados de tantas maneiras. Seríamos isentos de todo retorno pessoal aos indivíduos: em lugar de ter de reconstruir imprudências ou fraquezas, não se teria que tratar senão com o pensamento. Reunir-se-ia, à vantagem de melhor aprofundar as opiniões, aquela, não menos importante, de esquecer os homens.

Mas esse trabalho exigiria desenvolvimentos que não permitem os limites de uma obra a qual apressa a publicação por uma esperança, talvez mal fundada, de utilidade. A seguir, se nenhum escritor mais hábil não me antecipa nessa carreira, tentarei talvez expor o que vejo como princípios elementares da liberdade. Hoje, só posso indicar as idéias fundamentais de um sistema que se compõe de uma longa cadeia de raciocínios, e sou obrigado a remeter-me sobre isso ao leitor para suprir os intermediários, se ele se interessa bastante por isso.

Um princípio é o resultado geral de um certo número de fatos particulares. Todas as vezes que o conjunto desses fatos sofre algumas mudanças, o princípio que disso resulta se modifica: mas então a própria modificação torna-se princípio.

Tudo no universo tem, pois, seus princípios, isto é, todas as combinações, seja de existências, seja de acontecimentos, levam a um resultado: e esse resultado é sempre semelhante, todas as vezes que as combinações são as mesmas. É esse resultado que se chama princípio.

Esse resultado só é geral em relação às combinações das quais resulta. Só é, pois, geral de uma maneira relativa e não de uma maneira absoluta. Essa distinção é de grande importância, e é por não tê-la feito que se concebeu tantas idéias errôneas sobre o que constituía um princípio.

Há princípios universais, porque há dados primeiros, que existem igualmente em todas as combinações. Mas não é dizer que a esses princípios fundamentais, não seja necessário adicionar outros princípios, resultando de cada combinação particular.

Quando se diz que os princípios gerais são inaplicáveis às circunstâncias, diz-se simplesmente que não se descobriu o princípio intermediário que exige a combinação particular da qual nos ocupamos. Perdeu-se um dos elos da cadeia; mas isso não significa que a cadeia deixe de existir.

102

Os princípios secundários são tão invariáveis quanto os princípios primeiros. Cada interrupção da grande cadeia só tem um único elo para preenchê-la.

O que faz com que atualmente nos desesperemos freqüentemente dos princípios, é que nós não os conhecemos todos.

Quando se diz que há tal circunstância que força a desviar dos princípios, não nos entendemos. Cada circunstância chama somente o princípio que lhe é próprio, pois a essência de um princípio não é de ser geral, nem aplicável a muitos casos, mas de ser fixo; e essa qualidade compõe tão bem sua essência que é nela que reside toda sua utilidade.

Os princípios não são pois vãs teorias, unicamente destinadas a ser debatidas nos redutos obscuros das escolas. São verdades que se têm, e que penetram gradualmente até nas aplicações mais circunstanciais e até nos mais pequenos detalhes da vida social, se soubermos seguir seu encadeamento.

Quando se joga, subitamente, em meio de uma associação de homens, um princípio primeiro, separado de todos os princípios intermediários que o fazem descer

até nós e o adaptam à nossa situação, produz-se sem dúvida uma grande desordem: pois o princípio arrancado de todos os seus entornos, despojado de todos os seus apoios, circundado de coisas que lhe são contrárias, destrói e subverte; mas a culpa não é do princípio primeiro que é adotado, é dos princípios intermediários que são desconhecidos: não é sua admissão, é sua ignorância que mergulha tudo no caos.

Aplicamos essas idéias aos fatos e às instituições políticas, e veremos porque os princípios foram até o presente depreciados por homens instruídos e vistos como coisas abstratas e inúteis por homens simples. Veremos também porque os preconceitos, colocados em oposição com os princípios, tiveram que herdar o favor que se recusava aos primeiros.

Naturalmente os princípios não sendo mais que o resultado dos fatos particulares, por consequência, na associação política, sendo o resultado dos interesses de cada um, ou, para o exprimi-lo em menos palavras, o interesse comum de todos, deveriam ser caros a todos e a cada um; mas, sob as instituições que existiam e que eram o resultado do interesse de alguns contra o interesse comum de todos, não podia deixar de acontecer o que acabamos de indicar. Só se podia lançar os princípios isoladamente, deixando ao acaso o cuidado de conduzi-los, e entregando-se a ele o mal ou o bem que eles deviam fazer; devia se seguir, o que de fato se seguiu, que a primeira ação dos princípios sendo destrutiva, uma idéia de destruição se ligou a eles.

Os preconceitos, ao contrário, tiveram essa grande vantagem, que sendo a base das instituições, acharam-se adaptados à vida comum por um uso habitual: enlaçaram estreitamente todas as partes de nossa existência; tornaram-se alguma coisa íntima; penetraram em todas as nossas relações; e a natureza humana, que se acomoda sempre com o que existe, erigiu, aos preconceitos, uma espécie de abrigo, um tipo de edifício social, mais ou menos imperfeito, mas oferecendo ao menos um asilo. Cada homem, passando de seus interesses individuais aos preconceitos gerais, ligou-se a estes, vendo-os como conservadores dos outros.

Os princípios, seguindo uma rota precisamente oposta, experimentaram forçosamente uma sorte toda diferente. Os princípios gerais chegaram primeiro, sem relação direta com nossos interesses e em oposição aos preconceitos que protegiam esses

interesses. Eles tomaram assim o duplo caráter de estranhos e de inimigos. Viu-se neles coisas gerais e destrutivas, e nos preconceitos coisas individuais e preservadoras.

Quando tivermos instituições fundadas sobre os princípios, a idéia de destruição se ligará aos preconceitos, pois então serão os preconceitos que atacarão.

A doutrina da hereditariedade, por exemplo, é um preconceito abstrato, tão abstrato quanto pode ser a doutrina da igualdade. Mas a hereditariedade, unicamente porque existente, tinha necessitado organizar sua existência, dependia de um encadeamento de instituições, de hábitos, de interesses, que desciam até à individualidade mais íntima de cada homem. A igualdade, ao contrário, unicamente porque não era reconhecida, não dependia de nada, atacava tudo e somente penetrava nos indivíduos para mudar sua maneira de ser. Nada de mais simples, depois da experiência da subversão, que o ódio ao princípio e o amor ao preconceito.

Mas, virai pelo avesso esse estado de coisas: imaginai a doutrina da igualdade reconhecida, organizada, formando o primeiro elo da cadeia social, misturada por consequência a todos os interesses, a todos os cálculos, a todos os ordenamentos da vida privada ou pública. Supondes agora a doutrina da hereditariedade jogada isoladamente, e como teoria geral, contra esse sistema: o destrutor será então o preconceito; o preservador será o princípio.

Que se me permita ainda um exemplo. É um princípio universal, igualmente verdadeiro em todos os tempos, e em todas as circunstâncias, que nenhum homem pode estar submetido senão a leis às quais concorreu. Em uma sociedade muito fechada, esse princípio pode ser aplicado de uma maneira imediata, e não tem necessidade para tornar-se usual, de princípio intermediário. Mas em uma combinação diferente, em uma sociedade muito numerosa, é preciso juntar um novo princípio, um princípio intermediário àquele que acabamos de citar. Esse princípio intermediário, é que os indivíduos podem concorrer para a formação das leis, seja por eles mesmos, seja por seus representantes. Quem quisesse aplicar a uma sociedade numerosa o primeiro princípio, sem empregar o intermediário, a perturbaria infalivelmente: mas essa perturbação, que atestaria a ignorância ou a inépcia do legislador, não provaria nada contra o princípio. O Estado não ficaria enfraquecido porque

teríamos reconhecido que cada um de seus membros deve concorrer para a formação das leis, mas porque teríamos ignorado que, excedendo-se um dado número, ele devia, para aí concorrer, fazer-se representar.

A moral é uma ciência muito mais entranhada que a política, porque a necessidade da moral sendo mais do dia-a-dia, o espírito dos homens teve que a ela se consagrar mais, e sua direção não foi falseada pelos interesses pessoais dos depositários, ou dos usurpadores do poder. Também os princípios intermediários da moral sendo melhor conhecidos, seus princípios abstratos não são desacreditados: a cadeia é melhor estabelecida e nenhum princípio primeiro chega com a hostilidade e o caráter devastador que o isolamento dá às idéias como aos homens.

Entretanto, está fora de dúvida que os princípios abstratos da moral, se eles estivessem separados de seus princípios intermediários, produziram tanta desordem nas relações sociais dos homens quanto os princípios abstratos da política, separados de seus princípios intermediários, devem produzir em suas relações civis.

O princípio moral, por exemplo, que dizer a verdade é um dever, se ele fosse tomado de uma maneira absoluta e isolada, tornaria toda sociedade impossível. Temos a prova disso nas conseqüências muito diretas que extraiu desse princípio um filósofo alemão [trata-se de Kant], que vai até o ponto de pretender que em relação aos assassinos que vos perguntariam se vosso amigo que eles perseguem não está refugiado em vossa casa, a mentira seria um crime.

É somente pelos princípios intermediários que esse princípio primeiro pôde ser recebido sem inconvenientes.

Mas, diria alguém, como descobrir os princípios intermediários que faltam? Como chegar mesmo a suspeitar que eles existem? Que sinais há da existência do desconhecido?

Todas as vezes que um princípio, demonstrado verdadeiro, parece inaplicável, é por que ignoramos o princípio intermediário que contém o meio de aplicação.

Para descobrir esse último princípio, é preciso definir o primeiro. Definindo-o, observando-o sob todas as suas relações, percorrendo toda sua circunferência, encontraremos o elo que o une a um outro princípio. Nesse elo está, normalmente, o meio de aplicação. Se ele aí não está, é preciso definir o novo princípio ao qual fomos

conduzidos. Ele nos levará à um terceiro princípio, e é fora de dúvida que chegaremos ao meio de aplicação seguindo a cadeia.

Tomo por exemplo o princípio moral que acabo de citar, que dizer a verdade é um dever.

Esse princípio isolado é inaplicável. Ele destruiria a sociedade. Mas, se vós o rejeitais, a sociedade não seria menos destruída, pois todas as bases da moral seriam derrubadas.

É preciso, pois, buscar o meio de aplicação e por esse efeito, é necessário, como dissemos, definir o princípio.

Dizer a verdade é um dever. O que é um dever? A idéia de dever é inseparável da dos direitos: um dever é o que, em um ser, corresponde aos direitos de um outro. Lá onde não há direitos, não há deveres.

Dizer a verdade somente é, pois, um dever em relação àqueles que têm o direito à verdade. Ora, nenhum homem que prejudica o outro tem direito à verdade.

Eis, parece-me, o princípio tornado aplicável. Definindo-o, descobrimos o elo que o unia a um outro princípio e a reunião desses dois princípios forneceu-nos a solução da dificuldade que nos paralisava.

Observai que diferença há entre essa maneira de proceder e aquela de rejeitar o princípio. No exemplo que escolhemos, o homem que, impressionado pelos inconvenientes do princípio que afirma que dizer a verdade é um dever, em lugar de defini-lo e de procurar seu meio de aplicação, se teria contentado de declamar contra as abstrações, de dizer que elas não foram feitas para o mundo real, teria tudo atirado no arbitrário. Teria dado ao sistema inteiro da moral um abalo do qual esse sistema se teria ressentido em todos os seus ramos. Ao contrário, definindo o princípio, descobrindo sua relação com um outro, e nessa relação o meio de aplicação, encontramos a modificação precisa do princípio da verdade, que exclui todo arbitrário e toda incerteza.

É uma idéia nova talvez, mas que me parece infinitamente importante, que todo princípio contém, seja nele mesmo, seja em sua relação com um outro princípio, seu meio de aplicação.

Um princípio, reconhecido verdadeiro, não deve pois nunca ser abandonado, quaisquer que sejam seus perigos aparentes. Ele deve ser descrito, definido,

combinado com todos os princípios circunvizinhos, até que se tenha encontrado o meio de remediar seus inconvenientes e de aplicá-lo como deve ser.

A doutrina oposta é absurda em sua essência e desastrosa em seus efeitos.

Ela é absurda porque prova muito e ao provar muito se destrói por si mesma. Dizer que os princípios abstratos não são mais que vãs e inaplicáveis teorias, é enunciar em si mesmo um princípio abstrato. Pois essa opinião não é um fato particular, mas um resultado geral. É pois enunciar um princípio abstrato contra os princípios abstratos, e, só por isso, marcar de nulidade seu próprio princípio. É cair na extravagância desses sofistas da Grécia, que duvidavam de tudo e acabavam por não ousar mesmo afirmar sua dúvida.

Além desse absurdo, essa doutrina é desastrosa, porque precipita inevitavelmente no arbitrário mais completo. Pois, se não há princípios, não há nada de fixo: só restam as circunstâncias e cada um é juiz das circunstâncias. Caminhar-se-á de circunstâncias em circunstâncias, sem que as reclamações possam achar mesmo um ponto de apoio. Lá onde tudo é vacilante, nenhum ponto de apoio é possível. O justo, o injusto, o legítimo, o ilegítimo, não existirão mais, já que todas essas coisas têm por bases os princípios e caem com eles. Restarão as paixões que levarão ao arbitrário, a má fé que abusará do arbitrário, o espírito de resistência que procurará se apoderar do arbitrário, como de uma arma para se tornar por sua vez opressor: em uma palavra, o arbitrário, esse tirano tão temível tanto aos que serve quanto aos que golpeia, o arbitrário reinará só.

Examinemos agora de perto as conseqüências do arbitrário, e, como provamos que os princípios bem definidos e seguidos exatamente remedeiam por seu mútuo apoio a todas as dificuldades, demonstremos, se é possível, que o arbitrário, que não pode ser nem definido em sua natureza, nem seguido em suas conseqüências, não afasta jamais, de fato, nenhum dos inconvenientes que quebra em aparência, e somente abate uma das cabeças da hidra para fazer desabrochar várias.

Capítulo IX

Do Arbitrário

Antes de combater os partidários do arbitrário, é preciso que eu prove que o arbitrário tem partidários. Pois tal é sua natureza que aqueles mesmos que ele seduz pelas facilidades que lhes oferece alarmam-se com seu nome quando ele é pronunciado; e essa inconseqüência é mais freqüentemente um mal-entendido do que um artifício.

O arbitrário, que tem efeitos muito positivos, é contudo uma coisa negativa: é a ausência das regras, dos limites, das definições, em uma palavra, a ausência de tudo o que é preciso.

Ora, como as regras, os limites, as definições são coisas incômodas e fatigantes, pode-se muito bem querer libertar-se de seu jugo e cair assim no arbitrário, sem disso suspeitar.

Se eu não definisse, pois, o arbitrário, em vão provaria que ele possui os efeitos mais funestos. Todo mundo reconheceria isso; mas todo mundo protestaria contra a aplicação. Cada um diria: o arbitrário é sem dúvida infinitamente perigoso; mas que relação há entre esses perigos e nós, que não queremos o arbitrário?

São partidários do arbitrário, os que rejeitam os princípios: pois tudo o que é determinado seja nos fatos, seja nas idéias, deve conduzir aos princípios; e o arbitrário, sendo a ausência de tudo o que é determinado, tudo o que não é conforme aos princípios é arbitrário.

São partidários do arbitrário, os que dizem que há uma distância que não se pode transpor entre a teoria e a prática: pois tudo o que pode ser precisado sendo suscetível de teoria, tudo o que não é suscetível de teoria é arbitrário.

São partidários, enfim, do arbitrário os que, pretendendo com Burke que axiomas, metafisicamente verdadeiros, podem ser politicamente falsos, preferem a esses axiomas considerações, preconceitos, lembranças, fraquezas, todas coisas vagas, indefiníveis, ondulantes, encaixando-se, por conseqüência, no domínio do arbitrário.

Numerosos são, pois, os partidários desse arbitrário, cujo nome somente é detestado: mas é que, precisamente pelo vago de sua natureza, entra-se nele sem se aperceber, permanece-se nele, acreditando estar-se bem afastado, como o viajante que a bruma envolve acredita ver essa bruma ainda diante dele.

O arbitrário, em termos de ciência, seria a perda de toda ciência: pois a ciência não sendo mais que o resultado de fatos precisos e fixos, não haveria mais ciência lá onde não há mais nada de fixo nem de preciso. Mas, como as ciências não têm nenhum ponto de contato com os interesses pessoais, nunca se sonhou em nelas insinuar o arbitrário. Nenhum cálculo individual, nenhuma visão particular reclama contra os princípios em geometria.

O arbitrário em termos de moral, seria a perda de toda moral: pois a moral sendo uma reunião de regras, sobre as quais os indivíduos devem poder contar mutuamente em suas relações sociais, não haveria mais moral, lá onde não existiriam mais regras. Mas como a moral tem um ponto de contato perpétuo com os interesses de cada um, todos constantemente se opuseram sem o saber, e por instinto, à introdução do arbitrário na moral.

O que a ausência dos interesses pessoais produziu nas ciências, sua presença, ao contrário, produziu na moral.

O arbitrário, nas instituições políticas, é da mesma forma a perda de toda instituição política. Pois as instituições políticas sendo a reunião de regras sobre as quais os indivíduos devem poder contar em suas relações como cidadãos, não há mais instituições políticas lá onde essas regras não existem.

Mas com a política não acontece o mesmo que com as ciências e a moral.

A política tendo muitos pontos de contato com os interesses pessoais, mas esses pontos de contato não sendo nem iguais, nem perpétuos, nem imediatos, ela não teve, contra o arbitrário, nem a salvaguarda da ausência total dos interesses, como nas ciências, nem a salvaguarda de sua presença igual e constante, como na moral.

É, pois, especialmente na política que o arbitrário se refugiou; pois não falo da religião que, não sendo nem uma ciência, nem uma relação social, nem uma instituição, escapa totalmente da esfera de nossas considerações atuais.

O arbitrário é incompatível com a existência de um governo, considerado sob o aspecto de sua instituição; é perigoso para a existência de um governo, sob o aspecto de sua ação; ele não dá nenhuma garantia à existência de um governo, sob o aspecto da segurança dos indivíduos que o compõem.

Vou provar essas três asserções sucessivamente.

As instituições políticas não são mais que contratos. A natureza dos contratos é colocar limites fixos: ora, o arbitrário, sendo precisamente o oposto do que constitui um contrato, mina pela base toda instituição política.

Sei bem que aqueles mesmos que, rejeitando os princípios como incompatíveis com as instituições humanas, abrem um campo livre ao arbitrário, desejariam mitigá-lo e limitá-lo; mas essa esperança é absurda: pois para mitigar ou limitar o arbitrário, seria necessário prescrever-lhe limites precisos, e ele cessaria de ser arbitrário.

Ele deve, por sua natureza, estar em todo lugar ou não estar em lugar nenhum: deve estar em todo lugar, não de fato, mas de direito; e logo veremos o que vale essa diferença. Ele é destruidor de tudo o que atinge, pois aniquila a garantia de tudo o que atinge. Ora, sem a garantia, nada existe, pois nada existe senão de fato e o fato não é mais que um acidente: só tem existência institucional o que existe de direito.

Segue-se que toda instituição que se quer estabelecer sem garantia, isto é, pelo arbitrário, é uma instituição suicida, e que, se uma única parte da ordem social é entregue ao arbitrário, a garantia de todo o resto se aniquila.

O arbitrário é, pois, incompatível com a existência de um governo considerado sob o aspecto de sua instituição. Ele é perigoso para um governo considerado sob o aspecto de sua ação: pois, ainda que precipitando sua marcha lhe dê algumas vezes o ar da força, retira, contudo, sempre à sua ação a regularidade e a duração.

Recorrendo ao arbitrário, os governos dão os mesmos direitos que tomam. Perdem por consequência mais do que ganham: perdem tudo.

Dizendo a um povo: vossas leis são insuficientes para vos governar, autorizam esse povo a responder: se nossas leis são insuficientes, queremos outras leis; e, diante dessas palavras, toda autoridade legítima de um governo cai: não lhe resta mais que a força, ele não é mais governo. Pois, seria acreditar em demasia na velhacaria dos homens lhes dizer: vós haveis consentido em vos impor tal ou tal opressão, para vos assegurar tal proteção; nós vos retiramos essa opressão, mas vos deixamos essa sujeição; vós suportareis, de um lado, todos os entraves do estado social e, de outro, vós sereis expostos a todos os acasos do estado selvagem.

Tal é a linguagem implícita de um governo que recorre ao arbitrário.

Um povo e um governo estão sempre em reciprocidade de deveres. Se a relação do governo com o povo é dentro da lei, dentro da lei também será a relação do povo com o governo; mas se a relação do governo com o povo é arbitrária, a relação do povo com o governo será da mesma maneira arbitrária.

Enfim, o arbitrário não é de nenhuma ajuda a um governo, sob o aspecto da segurança dos indivíduos que o compõem. Pois o arbitrário não oferece aos indivíduos nenhum asilo.

O que fazeis dentro da lei contra vossos inimigos, vossos inimigos não podem fazê-lo contra vós dentro da lei, já que a lei está lá, precisa e formal: ela não pode vos atingir, vós, inocente. Mas o que fazeis contra vossos inimigos pelo arbitrário, vossos inimigos poderão também fazê-lo contra vós pelo arbitrário; já que o arbitrário é vago e sem limites: inocente ou culpado, ele vos atingirá.

Quando da conspiração de Babeuf, alguns homens se irritaram com a observância e a lentidão das formalidades. Se os conspiradores tivessem triunfado, eles gritavam, teriam observado contra nós todas essas formalidades? E é precisamente porque eles não as teriam observado, que vós deveis observá-las. É isso o que vos distingue: é isso, unicamente isso, o que vos dá o direito de puní-los; é isso o que faz deles anarquistas, de vós amigos da ordem.

Quando os tiranos da França, tendo querido restabelecer seu abominável império em primeiro do prairial do ano III, foram esmagados e vencidos, criaram-se, para julgar os criminosos, Comissões militares, e as reclamações de alguns homens escrupulosos e previdentes não foram escutadas. Essas Comissões militares produziram os conselhos militares do 13 do vendemiário do ano IV; esses conselhos militares produziram as Comissões militares do Frutidor do mesmo ano; e essas últimas produziram os Tribunais militares do mês do ventoso do ano V.

Não discuto aqui a legalidade nem a competência desses diferentes tribunais. Quero apenas provar que elas se autorizam e se perpetuam pelo exemplo; e desejaria que se sentisse enfim que não há, na incalculável sucessão das circunstâncias, nenhum indivíduo bastante privilegiado, nenhum partido revestido de um poder

bastante durável para se acreditar ao abrigo de sua própria doutrina e não temer que a aplicação de sua teoria não recaia cedo ou tarde sobre ele.

Se se pudesse analisar friamente os tempos espantosos aos quais o 9 do termidor colocou tão tarde um fim, ver-se-ia que o terror somente era o arbitrário levado ao extremo. Ora, pela natureza do arbitrário, não se pode jamais estar certo que ele não será levado ao extremo. Não há mesmo dúvida que aí chegará, todas as vezes que for atacado. Pois uma coisa sem limites, protegida por meios sem limites, não é suscetível de limitação. O arbitrário, combatendo pelo arbitrário, deve transpor toda barreira, esmagar todo obstáculo, produzir, em uma palavra, o que era o terror.

A época desastrosa conhecida sob esse nome oferece-nos uma prova bem notável das asserções que acabamos de ler.

Vemos quanto o arbitrário torna um governo nulo, sob o aspecto de sua instituição: já que não havia, apesar dos esforços e do charlatanismo sofisticado de seus ferozes autores, nenhuma aparência de instituição nesse monstruoso governo revolucionário, que se prestava a todos os excessos e a todos os crimes, que não oferecia nenhuma forma protetora, nenhuma lei fixa, nada que fosse preciso, determinado, nada por consequência que pudesse garantir.

Vemos ainda como o arbitrário se volta contra um governo, sob o aspecto de sua ação. O governo revolucionário pereceu por meio do arbitrário, porque tinha reinado por meio do arbitrário. Não sendo fundado sobre nenhuma lei, não teve a salvaguarda de nenhuma. O poder irregular e ilimitado de uma assembleia única e tumultuosa sendo seu único princípio de ação, quando esse princípio reagiu, nada lhe pode ser oposto; e como o governo revolucionário não foi mais que uma seqüência de furores ilegais e atroztes, sua destruição foi a obra de um justo e santo furor.

Vemos, enfim, como o arbitrário, em um governo, dá à segurança individual daqueles que governam uma garantia insuficiente. Os monstros, que tinham massacrado sem julgamento ou por julgamentos arbitrários, caíram sem julgamento, ou por um julgamento arbitrário: tinham posto fora da lei e foram postos fora da lei.

O arbitrário não é somente funesto quando dele serve-se para o crime. Empregado contra o crime, ainda é perigoso. Esse instrumento de desordem é um mau meio de reparação.

A razão disso é simples. No tempo mesmo que alguma coisa se opera pelo arbitrário, sente-se que o arbitrário pode destruir sua obra, e que toda vantagem que se deve a essa causa é uma vantagem ilusória, pois ataca o que é a base de toda vantagem: a duração. A idéia de ilegalidade, de instabilidade, acompanha necessariamente tudo o que se faz assim. Tem-se a consciência de uma espécie de protesto tácito contra o bem como contra o mal, porque um e outro parecem atingidos pela nulidade em sua base.

O que liga os homens ao bem que fazem é a esperança de vê-lo durar. Ora, jamais os que fazem o bem por meio do arbitrário podem conceber essa esperança. Pois o arbitrário de hoje prepara a via para o de amanhã e este último pode ser em sentido oposto ao daquele.

Disso resulta um novo inconveniente: é que se busca remediar a incerteza pela violência. Esforça-se para ir tão longe que não seja mais possível retroceder. Quer-se convencer a si mesmo do efeito que se produz; exagera-se sua ação para torná-la estável. Jamais acredita-se ter feito o bastante para retirar à sua obra a mancha indelével de sua origem. Busca-se na exageração presente uma garantia de duração que está por vir: e, na falta de poder colocar os fundamentos de seu edifício numa justa profundidade, revolve-se o terreno e cavam-se abismos.

Assim nascem e se sucedem nas revoluções os crimes, nas reações os excessos e eles somente param quando o arbitrário acaba.

Mas essa época é difícil de atingir. Nada é mais comum que mudar de arbitrário; nada é mais raro que passar do arbitrário à lei.

Os homens de bem se vangloriam disso e esse erro não é sem perigo. Eles pensam que é sempre tempo de tornar legais os efeitos do arbitrário. Eles se propõem só fazer uso desse recurso para aplanar todos os obstáculos e, depois de ter destruído com seu socorro, é com a ajuda da lei que eles querem reedificar.

Mas, enquanto assim empregam o arbitrário, disso fazem um hábito, dão-no aos seus agentes: os que disso se beneficiam o contraem, e como nada é mais cômodo, mais fácil, esse hábito se perpetua bem além da época à qual prescrevera-se abandoná-lo, e a lei encontra-se indefinidamente adiada.

Já expus esse sistema em uma obra na qual viu-se, diz-se, muito de maquiavelismo. Teria acreditado, contudo, que nada era mais contrário ao maquiavelismo que a necessidade de princípios positivos, de leis claras e precisas: em uma palavra, de instituições de tal modo fixas que não deixassem à tirania nenhuma entrada, à invasão nenhum pretexto.

O caráter do maquiavelismo é preferir o arbitrário a tudo. O arbitrário serve melhor a todos os abusos de poder que nenhuma instituição fixa, quão defeituosa possa ser. Da mesma forma, os amigos da liberdade devem preferir as leis defeituosas às leis que se prestam ao arbitrário, porque é possível conservar a liberdade sob leis defeituosas e o arbitrário torna toda liberdade impossível.

O arbitrário é, pois, o grande inimigo de toda liberdade, o vício corruptor de toda instituição, o germe de morte que não se pode nem modificar, nem mitigar, mas que é preciso destruir.

Se não se pudesse imaginar uma instituição sem arbitrário, ou que depois de tê-la imaginado não se pudesse fazê-la marchar sem arbitrário, seria preciso renunciar a toda instituição, rejeitar todo pensamento, abandonar-se ao acaso, e, segundo suas forças, aspirar à tirania ou a ela se resignar.

Mas, compenetrando-se bem de um salutar horror pelo arbitrário, é preciso se guardar também de tomar por arbitrário o que não o é. Vejo homens bem intencionados cometer esse desprezo e concluir pela necessidade do arbitrário.

Confundem com o arbitrário toda latitude acordada à ação do governo, no momento mesmo em que essa latitude é determinada, e caem alternativamente em dois excessos opostos.

Logo que retiram toda latitude: a máquina pára, na falta de espaço entre as engrenagens; então atiram-se no outro extremo: acordam uma latitude indefinida, e a máquina se desconjunta, na falta de elos que retenham as partes em conjunto.

Três constituições foram dadas à França e não me parece ainda que se tenha feito uma idéia bem clara do que é uma constituição, e do gênero de respeito que se deve a uma constituição.

Disso resulta que se ignoram os recursos imensos que oferecem as instituições livres em favor da liberdade, e que, desconhecendo os meios numerosos que a lei fornece, busca-se substituí-los pelo mais ilusório e o mais perigoso de todos os meios, o arbitrário.

Uma constituição é a garantia da liberdade de um povo: por consequência, tudo o que mantém a liberdade é constitucional, e, também por consequência, nada do que não a mantém é constitucional.

Estender uma constituição a tudo é fazer de tudo perigos para ela, é criar escolhos para rodeá-la.

Há grandes bases, nas quais todas as autoridades nacionais não podem mexer, mas a reunião dessas autoridades pode fazer tudo o que não é contrário a essas bases.

Entre nós, por exemplo, essas bases são uma representação nacional em duas seções, nada de unidade, nada de hereditariedade, a independência dos tribunais, a inviolável conservação das propriedades que a constituição garante, a segurança de não ser detido arbitrariamente, de não ser separado de seus magistrados naturais, de não ser atingido por leis retroativas e alguns outros princípios em muito pequeno número.

Só isso é constitucional: os meios de execução são legislativos.

Em todas as medidas de detalhe, em todas as leis de administração, só uma coisa é constitucional, ou seja, que essas medidas sejam tomadas e essas leis feitas a partir das formas que a constituição prescreve.

Quando se diz: *a constituição!* tem-se razão, *toda a constituição!* tem-se razão ainda; mas quando se acrescenta: *nada mais que a constituição!* acrescenta-se um absurdo. *A constituição, toda a constituição e tudo o que é necessário para fazer funcionar a constituição:* somente isso é sensato.

Com esses princípios, o governo, entendo por essa palavra os depositários reunidos das autoridades executiva e legislativa, o governo não tem nenhuma necessidade do arbitrário. Sem esses princípios, será forçado a ele recorrer sem cessar.

Se vós lhe impondes outros deveres além de manter-se fiel às bases constitucionais e de fazer em conformidade com essas bases, e a partir das formas prescritas, leis iguais para todos e leis fixas, vós lhe impondes deveres que ele não pode cumprir.

Guardai-vos de instituir uma constituição tão estreita que entrave todos os movimentos que necessitam as circunstâncias. É preciso que ela os circunscreva e não que os atrapalhe, que lhes trace limites e não que os comprima.

Com isso vós afastareis o arbitrário que os ambiciosos se contentam em invocar ao primeiro pretexto, como um remédio indispensável. Vós prevenireis as revoluções, que não são mais que o arbitrário empregado para destruir; vós colocareis um fim às reações, que não são mais que o arbitrário empregado para restabelecer.

O que, sem o arbitrário, seria uma reforma, por meio dele torna-se uma revolução, isto é, uma convulsão. O que, sem o arbitrário, seria uma reparação, por meio dele torna-se uma reação, isto é, uma vingança e um furor.

Capítulo X

Recapitulação

Tinha nessa obra um triplo objetivo a atingir. Queria colocar em guarda contra as reações, queria prevenir contra o arbitrário, queria, enfim, reatar com os princípios. Se consegui produzir somente um desses efeitos, tal é o salutar encadeamento de todas as verdades que meu triplo objetivo está alcançado.

Se as reações são uma coisa terrível e funesta, eviteis o arbitrário, pois ele causa necessariamente as reações em sua seqüência; se o arbitrário é um flagelo destruidor, eviteis as reações, pois elas asseguram o império do arbitrário; enfim, se quereis vos garantir ao mesmo tempo das reações e do arbitrário, aliei-vos aos princípios, os únicos que deles podem vos preservar.

Só o sistema dos princípios oferece um repouso durável. Só ele apresenta às agitações políticas uma proteção inexpugnável.

Em toda parte onde brilha a demonstração, as paixões não têm mais influência. Abandonam a certeza para transferir sua violência sobre algum objeto ainda contestado.

A escravidão, a feudalidade não são mais entre nós germes de guerra. A superstição, sob seu aspecto religioso, está quase em toda parte reduzida à defensiva.

Se a hereditariedade nos divide é que os princípios que a excluem não são ainda revestidos da evidência que lhe é própria. Em um século, falar-se-á da hereditariedade como falamos da escravidão. Uma questão a mais terá sido arrancada às paixões tumultuosas. Em razão de que os princípios se estabelecem, os furores se acalmam; quando eles triunfam, a paz reina.

Vemos, assim, as paixões baterem em retirada, furiosas, sanguinárias, ferozes, frequentemente vitoriosas contra os indivíduos, mas sempre vencidas pelas verdades. Elas recuam, estremecendo, diante de cada nova barreira que lhes coloca esse sistema progressivo e regular, cujo complemento gradual é a vontade suprema da natureza, o efeito inevitável da força das coisas e o espírito consolante de todos os amigos da liberdade.

Esse sistema, acelerado em seus desenvolvimentos pelas revoluções, difere das próprias revoluções, como a paz difere da guerra, como o triunfo difere do combate.

Cálculos políticos, aproximados das ciências exatas por sua precisão, bases inquebrantáveis para as instituições gerais, uma garantia positiva para os direitos individuais, a segurança para o que se possui, um caminho certo em direção ao que se quer adquirir, uma independência completa dos homens, uma obediência implícita às leis, a emulação de todos os talentos, de todas as qualidades pessoais, a abolição desses poderes abusivos, dessas distinções quiméricas, que, não tendo sua fonte nem na vontade, nem no interesse comum, refletem sobre seus possesores o odioso da usurpação, a harmonia no conjunto, a fixidez nos detalhes, uma teoria luminosa, uma prática preservadora, tais são os caracteres do sistema dos princípios.

Ele é a reunião da felicidade pública e particular. Abre a carreira ao gênio, como defende a propriedade do pobre. Pertence aos séculos e as convulsões do momento nada podem contra ele. Resistindo-se-lhe, pode-se sem dúvida causar ainda perturbações desastrosas. Mas desde que o espírito do homem marcha para a frente e que a imprensa registra seus progressos, não há mais invasão de bárbaros, coalizão de opressores, evocação de preconceitos, que possa fazê-lo retroagir. É preciso que as luzes se estendam, que a espécie humana se equalize e se eleve, e que cada uma dessas gerações sucessivas que a morte devorou, deixe ao menos depois dela um traço brilhante que marque o caminho da verdade.

118

Notas

³ *Quer-se pelo brilho do talento, pelas brilhantes imagens, restabelecer a hereditariedade.*

Não se acreditará, espero, que eu desconheça os talentos e as virtudes do senhor Necker, porque suas opiniões políticas me parecem erradas. A mesma franqueza que me leva a enunciar meu dissentimento sobre todas as partes de seu sistema obriga-me a professar minha admiração por seu gênio e meu respeito por seu caráter. Fiquei, confesso-o, profundamente aflito com sua última obra, cujas belezas me tocaram, como devem ter tocado todos os seus leitores. Acredito que, mais próximo da cena, ele teria julgado bem diferentemente. Os jornais que levaram à sua solidão, durante dezoito meses, a descrição muito verdadeira de crimes inauditos, e, após um ano, os exageros de uma opinião muito culpada, o enganaram sobre muitos pontos: mas combatendo-o, quem poderia se recusar à doçura de lhe render justiça? Quem poderia não admirar o brilho de seu talento, a fineza de suas visões e a expressão eloqüente de uma alma sempre pura e, apesar de suas prevenções, amiga ainda da liberdade?

⁴ *Seu opróbrio faz seu poder: eles expõem sua degradação.*

Quando se acusa, é preciso provar. Peço perdão ao leitor pela prova que vou fornecer. Ela é de um gênero tão baixo, que fiz muito esforço para determinar-me a transcrevê-la: mas ela pareceu-me muito

notável para ser suprimida. É um jornalista, da espécie daqueles de que falo, pois não posso estabelecer em demasia a distinção, é, digo, um jornalista mesmo, que vai nos dar uma idéia da degradação à qual esses escritores se resignam e da maneira pela qual se divertem sobre sua infâmia.

Extraído do *Grondeur* do 3 do ventoso, ano V [21 de fevereiro de 1797].

“Os jornalistas não deveriam solicitar a Daunou, já que ele tem amizade para com eles, que determinasse ao menos os casos no qual eles devem receber bofetadas, pauladas, chicotadas, socos, cascudos e todas as outras pequenas correções anódinas que são um recurso da polícia eventual? Ao menos, saber-se-ia o que se segurar e preparar-se-ia um dia suas costas... Em uma palavra, não seríamos expostos ao arbitrário. Mas sobretudo, que se fixe o número e as quantidades: pois, vejais, os números não são para negligenciar nesses tipos de ocasião. Apoio-me nos números e quero absolutamente que se determinem os números: pois se me encontrar no caso de vinte cascudos, etc.”

⁵ *Se esse sistema abominável triunfasse, a proscricção seria sem fim e sem limites.*

“Todos aqueles que prestaram o Juramento do Jogo da Péla, sem exceção, traíram o Estado, foram culpados de lesa-majestade e deviam ser julgados como tais... Os nomes daqueles que se tornaram assim perjuros devem ser gravados, com o buril de uma verdade vingadora, nos anais da monarquia que destruíram. Não existe para eles arrependimento que possa justificá-los no tribunal inexorável da história. A inscrição de seus nomes será e é desde hoje seu julgamento. Não será aos Brissots, aos Marats, aos Manuels que a posteridade pedirá conta de tantos horrores e calamidades: será àqueles cujos nomes figuram sozinhos nos primeiros momentos da revolução.” (*Le rétablissement de la monarchie*, pp. 56 e 57.) “... Os constitucionais viram erguer para eles as guilhotinas que tinham imaginado, fabricado, elevado para os realistas: seu sangue impuro correu sem honra: ele não excita nem lamento, nem piedade e o batismo do cadafalso não pôde mesmo lavar seus crimes.” (*ibid.*, 76 e 77.)

“Não é suficiente arrancar os frutos dessa árvore plantada pelos constitucionais e por eles irrigada com sangue. É preciso abatê-la: é preciso cortar até a última raiz; e bem longe de se servir do menor de seus galhos, para enxertá-lo sobre um tronco antigo e venerado, é preciso escavar tudo em volta com a atenção mais escrupulosa e não lhe deixar a possibilidade de um broto... Se ficar o menor germe dessa raça execrável, o mais ligeiro sopro da discórdia, ou mesmo do descontentamento, irá levá-la até a praia do infortúnio, onde mil circunstâncias imprevistas a desenvolverão para a infelicidade do gênero humano. Depois de ter recebido de todas as potências europeias o benefício inapreciável da destruição de uma seita ímpia, faltaríamos à dívida sagrada do reconhecimento guardando voluntariamente entre nós um veneno escondido que poderia infectá-las um dia.” (*ibid.*, 89 e 90)

“Que recurso, justo Deus! restaria, pois, à França, se as atrocidades dos jacobinos devesse fazer esquecer ou perdoar os crimes dos constitucionais?” (*ibid.*, 160)

“Se a clemência é um prazer, a justiça é um dever... Há atrocidades cujo caráter, número e detalhes estão acima do perdão... É a sociedade inteira, é a própria humanidade que pede então a vingança. Tais são aqueles que ensangüentaram a França sob o reino dos constitucionais. Como é espantoso, o número dos celerados que os serviram! Supus que somente houvesse um por municipalidade e eis que já conto mais de quarenta e quatro mil deles... A esse amontoado de administradores adicioneis esses clubes, essas sociedades... Adicioneis os restos da primeira assembléia, os sucessores que ela se escolheu.” (*ibid.*, 164 e seqüência.) “Se a nação em assembléia exprimia o desejo de restringir a autoridade real... queria sua perda... estaria ainda em estado de delírio e por isso mesmo fora do estado de *querer*.” (*ibid.*, 189.)

Creio inútil reunir a essas citações de uma obra *oficial* desenvolvimentos que somente poderiam enfraquecer a impressão que unicamente essas citações devem produzir. Vós que desejais a contra-revolução, contemplai-a por inteiro.

⁶ *Jornais covardes acumulam a medida de seu opróbrio justificando uma atrocidade sem legalidade como sem pudor.*

Só considero aqui M. de Lafayette sob o aspecto da infelicidade; e sob esse aspecto, agarrei com ardor a ocasião de inspirar o horror pelos tratamentos terríveis de que foi vítima. Os soberanos têm tão pouco interesse em semelhantes atrocidades que não se pode impedir de acreditar algumas vezes que essas são ignoradas daquele que, por sua glória, deveria fazê-las cessar; e, nessa esperança, é preciso multiplicar todas as chances de publicidade. Não sou tão vaidoso para supor que essa obra acrescentaria muito a essas chances: mas quando um só homem a mais disso fosse instruído, teria ao menos cumprido meu dever.

“As águas quase estagnantes da Morávia engendram espessos vapores e atraem inumeráveis enxames de insetos. Para cúmulo dos males, o braço desse rio que corre sob as janelas dos prisioneiros, sendo, por sua profundidade, favorável ao transporte de imundícies da vila, tornou-se seu principal esgoto. É a essa circunstância que se atribui o ar maléfico que se respira em Olmutz. O hospital militar e aquele da vila são as construções mais próximas da prisão.

“As muralhas exteriores têm seis pés de espessura. Uma forte parede separa os dois quartos que Lafayette ocupa com sua família.

“Suas duas filhas, às quais apenas é permitido passar seis horas por dia com seus pais, habitam um desses quartos, onde elas só têm um péssimo colchão.

“Latour-Maubourg e Puzy estão presos em duas outras celas separadas. Eles recebem a luz do dia por uma abertura de quatro pés quadrados, onde o ar mal pode penetrar.

“Cada cela é aberta quatro vezes por dia. O prisioneiro faz sua refeição em presença do oficial e do preboste. Depois da última refeição dos prisioneiros, às nove horas, as lâmpadas são apagadas: foram privados de lampião e de mecha, o que lhes tinha sido acordado em sua chegada, em caso de indisposição. Sua alimentação é repugnante. Dão-lhes somente uma colher de estanho. No começo de sua detenção, sua bebida era levada em garrafas. No presente, somente podem se servir de recipientes de terra ou de madeira que, depois de sua refeição, são colocados sobre a janela do corredor, onde são expostos à poeira, aos insetos e servem aos soldados.

“Os três prisioneiros estão cobertos de trapos, suas roupas não tendo sido renovadas depois de quatro anos.

“Quando a senhora de Lafayette e suas filhas chegaram, a decência exigia que Lafayette estivesse vestido. Deu-se a ele um casaco e uma calça de sarja grosseira, dizendo-lhe que a lã era muito cara para ele. Ele não tinha sandálias: umas de suas filhas lhe fez um par, com a lã de um velho terno.

“O vestuário de Latour-Maubourg consiste em um casaco e uma calça de nanquim, inteiramente rasgada e que ele usa desde 1792.” (*Extraído dos documentos alemães, relatado nos jornais de 3 do ventoso.*)

Não quero aqui granjear, junto a um partido, se ele existe, um mérito que não tenho. O senhor de Lafayette é desconhecido para mim, não estou ligado a nenhum dos seus amigos, sua volta à França me pareceria perigosa: mas o que há de comum entre sua volta à França e os tormentos que a Áustria lhe faz passar? Esses tormentos são horríveis: eles não são apoiados por nenhuma lei, justificadas por nenhum direito, motivados por nenhum interesse. Eles são atroztes sob todos os aspectos.

⁷ *Aqui propõem-se despojar de sua propriedade aqueles que sustentaram o Estado em meio a uma guerra devorante.*

Convido os compradores de bens nacionais a ler uma brochura recentemente publicada, e que tem por título *Frappez, mais ecoutez.*

Eis o julgamento que sobre ela trazem os jornais: “Essa obra é forte em raciocínios e em princípios, mas ultrapassada, impolítica e perigosa; ultrapassada e impolítica porque é mais apropriada para

destruir a confiança do que para restabelecê-la; e perigosa porque contém verdades que será preciso por muito tempo ainda manter escondidas.” Extraído do *Grondeur*, de 17 do ventoso do ano V [7 de março de 1797].

Essa obra, que contém *verdades* que somente se deve esconder *por um tempo ainda*, propõe despojar de suas propriedades todos os compradores de bens nacionais, qualquer que seja a natureza desses bens (v. ch. 10). Ela indica um pretendido modo de reembolso absolutamente ilusório e não se ocupa em nada dos interesses dos terceiros compradores. Mas o autor não se limita a esses projetos financeiros, subversivos de toda justiça: atrai para os compradores nacionais todo furor nacional. Ele os torna responsáveis pela guerra, pela fome, por todas as calamidades da revolução. Ele os trata como bandidos, estranguladores, filhos desnaturados, cidadãos parricidas (v. p. 38, 68, 73, 80, 84, 96, 166). Enfim, essa obra é, para os compradores dos bens nacionais, o que é, para todos os amigos da liberdade, *Le rétablissement de la monarchie*, do qual citei algumas partes em uma nota precedente. Não se acusará ao menos nossos inimigos comuns de esconder seus projetos, e se sofrêssemos que os executassem, não seria por falta de aviso.